

Eleições 2018

Entrevista com Pré-candidatos ao Senado Federal



Pastor Guaracy Júnior (PTC)

“Realmente eu me decidi, disputar uma vaga do Senado pelo Amapá, pois se os homens de bem não se levantarem, quem vai ocupar essas cadeiras são pessoas de má fé”.

Página 4-5-6



Página 12-13

PISCICULTURA NO AMAPÁ
CADEIA PRODUTIVA: UM NOVO COMEÇO



Página 20

‘Música na Estrada’
Três oficinas sobre diferentes instrumentos serão oferecidas também gratuitamente.

Editorial

A presença de evangélicos na política brasileira – assim como a de católicos ou espíritas – não é novidade. Partidos de inspiração cristã existem em países como Suíça, Inglaterra e Holanda sem que isso signifique qualquer ameaça à democracia. A mulher mais poderosa da Europa, a primeira-ministra alemã, Ângela Merkel, pertence à tradicional União Democrata-Cristã de seu país. A mesma Alemanha tem como presidente o independente Joachim Gauck, um conhecido pastor luterano. O maior partido do Parlamento Europeu, o European People's Party, é composto fundamentalmente por democratas-cristãos. Assim como os cultos na Câmara dos Deputados, a realização de eventos religiosos no Congresso dos Estados Unidos é comum desde a época de Thomas Jefferson. O movimento abolicionista surgiu na Inglaterra, organizado por um grupo de doze protestantes. A campanha dos direitos civis nos Estados Unidos teve como líder o pastor batista Martin Luther King.

A consolidação do Estado Laico – garantido na nossa Constituição – vem favorecer os praticantes de todas as religiões ou de ne-

A FORÇA DAS IGREJAS NO PARLAMENTO BRASILEIRO

nhuma delas, que têm dessa forma asseguradas a sua liberdade de crença e de descrença. Como diz a procuradora Simone Andréa Coutinho: “O pluralismo, por si só, é impossível com qualquer forma de união entre o Estado e qualquer religião, pois aquele significa a tolerância e o respeito à multiplicidade de consciências, de crenças, de convicções filosóficas, existenciais, políticas e éticas, em lugar de uma sociedade em que as opções da maioria são impostas a todos, travestidas de “bem comum”, “vontade do povo”, “moral e bons costumes” e outros. (...)

O Estado laico respeita e tolera, pois, a diversidade de crenças de toda sorte. Mais do que isso, atua em obediência necessária ao pluralismo de consciência, de crença, de culto ou de manifesta ausência de sentimento ou prática religiosa. Sobretudo, um Estado laico e pluralista conduz seus negócios, pratica seus atos e define o interesse público com total independência de qualquer religião, grupo ou sentimento religioso, ainda que francamente majoritário. (...)

A Constituição da República Federativa do Brasil determina que “ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, inc. II). A

religião, assim como a tradição, a ninguém obriga.”

Em Brasília, dos 513 deputados federais eleitos em 2014, 71% se diziam católicos e 16%, evangélicos. São 300 católicos e 68 evangélicos, segundo levantamento do G1. O que chama a atenção é a atuação organizada desse grupo de parlamentares que, apesar de pertencerem a partidos e religiões diferentes, se articulam na defesa de suas bandeiras. Os evangélicos tem sua frente parlamentar, os católicos não, porém se unem quando se trata de pautas que destrói as bases da família e da sociedade. No total os evangélicos representam 14,2% dos deputados e 5% dos senadores.

Mas, como algumas bandeiras relacionadas ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo não são prioridade na pauta dos partidos de oposição, os parlamentares cristãos acabam ocupando uma função dúbia: apoiam o governo em temas econômicos e de assistência social, mas divergem abertamente quando o Executivo queria, por exemplo, distribuir o “kit-gay” nas escolas primárias ou relaxar as penas para traficantes de drogas.

No Amapá os parlamentos federal, estadual e municipais tem seus representantes

evangélicos e nas Eleições deste ano, muitos deles estão se (re)candidatando, para as diversas vagas na Assembleia Estadual, Câmara e Senado Federal, e no Executivo Estadual.

Esta semana estaremos apresentando mais um pré-candidato ao Senado Federal, o Pastor-presidente da Igreja Quadrangular no Amapá, Guaracy Júnior, que disputará uma das duas vagas ao Senado Federal do Amapá, pelo PTC. Além de conduzir a sua igreja, ele é pecuarista e está a 33 anos investindo no Amapá. Na sua entrevista ao editor Reinaldo Coelho, ele não aceita a pecha de ‘paraquedista’, pois mesmo nascido em Belém (PA) se considera amapaense, como a maioria dos que aqui residem. Acompanhem nas páginas 4, 5, e 6 do primeiro caderno.

Independente de ideologias e crenças o que precisamos é de políticos comprometidos com a ética e com o povo, que não se apropriem dos bens públicos, os revertendo em propriedade privada. O eleitor deve também se comprometer com a coletividade e analisar em conjunto, com sua rua, bairro e definir quem é dos que se propõe a ser representantes nos parlamentos brasileiros mas capaz de garantir um trabalho honesto e digno de um parlamentar. Do povo para o povo.



Pedro Velleda
Jornalista

Esismando

Cada um do seu jeito...

Desde tenra idade demonstramos pleno conhecimento entre o certo e o errado. Podemos não saber definir o porquê, mas sentimos uma sensação que parece nos indicar quando corremos riscos, quando não estamos usando de equilíbrio, quando nossas escolhas não se fazem centradas. Então, se sabemos que não está certo, por que insistimos no erro? É reconhecido o elo energético entre mãe e filhos, a ponto de prever situações de perigo, mesmo estando separados por grande distância. Mas essa sensível ligação sempre foi definida como “praga de mãe”. O desprezo pela maior experiência de vida também alimentava esse estigma. Que ninguém negue as situações embaraçosas e, muitas vezes, dolorosas que poderiam ter sido evitadas, se acolhidos os insistentes alertas que nos passavam nossas mães. Se nos escondíamos na desculpa da falta de maturidade e vivência, o que dizer dos tropeços já adultos? Alegar ignorância diante de tanta bagagem já adquirida chega a ser ridículo e, independentemente do nível cultural, intelectual ou regionalismos, todos

trazemos a mesma noção do politicamente correto.

Graças a tanta displicência, a prática do sexo livre, que já trazia consequências graves, mas perfeitamente tratáveis colocam hoje, à disposição dos distraídos, vírus letais como o HIV e o HPV. Apesar de campanhas de claro entendimento ao raciocínio mais lento que se fizer, alertando do perigo e indicando forma de prevenção, o contágio continua se espalhando – simplesmente porque alguns acham que vale o risco. O crescimento indiscriminado da pirataria, nos mais diversos setores da indústria mundial, só se faz por convivência do consumidor, que tem noção de alimentar o mercado ilícito em troca de um favorecimento inexpressivo, se comparado aos prejuízos para o mercado, o qual ele mesmo, indiretamente, irá ressarcir. A aparentemente inofensiva e rapidinha parada em fila dupla, a qual nos permitimos o direito, e que quando deparamos com outro nessa situação, entre esbravejos e resmungos, nos vem a vontade de lhe passar por cima. Sem contar tantos outros deslizes, alguns ir-

remediáveis, que assolam o caminho de cada um e, a primeira reação é posar de vítima das circunstâncias. Se a vida é consequência daquilo que se busca e pratica, não dá pra culpar ninguém. É óbvio que somos responsáveis e, embora convenientemente nos isentemos do júri, somos nossos próprios juízes e carrascos.

Rememorando nossa história, no Brasil, república era sinônimo de regime do “bem público”. Com ela só se reconheceriam “os deveres de todos para com todos”, deveres que seriam definidos pelas relações de cada homem “com o grande organismo” de que fazia parte, isto é, “a humanidade”, à qual todos pareciam estar ligados pela mediação necessária “da pátria e da família”. Mas a verdadeira “república social” só seria plenamente estabelecida na medida em que encarnasse a ideia de “ditadura republicana”, exato oposto do regime “parlamentar e metafísico”, onde tendiam a predominar os interesses individuais. Nefasto observar que se não se protege o trabalho como se faz ao capital e à propriedade – não se cuida da proteção às crianças e

aos velhos, da fundação de creches e de asilos para velhos e inválidos – não se pensa no operário durante a falta de trabalho.

E olha que frequentemente esquecemos nossos deveres para com a família, a sociedade, a vida, o planeta. Porém, nos surpreendemos quase sempre, reclamando da incompreensão de um ou outro membro da nossa família – da violência urbana ou de políticas sociais inadequadas – de injustiça divina para conosco, por nos colocar num mundo de expiação e provas como a terra. Esquecemos, porém, que não se pode colher aquilo que não se plantou, e que a despeito de tudo o que nos rodeia, somos seres imortais, livres e, portanto, responsáveis por nossos atos (e por nossas omissões). Assim, podemos tentar adequar a ordem das coisas às nossas necessidades, e quebrarmos a cara com frequência, ou, podemos nos adequar à ordem natural, respeitando as leis da natureza e modificando as humanas, de forma a contribuirmos para o progresso social e moral do Planeta Terra.

Quem escolhe, somos nós!

JAMILLE NASCIMENTO
Superintendente

REINALDO COELHO
Diretor de Jornalismo

LUCIANO SOUSA
Diretor Administrativo

JORGE LUIZ/3590AB-AP
Advogado

PEDRO VELLEDA
Revisão

FABRÍCIO FERRARI
Diretor de Mídia
Social e Diagramação



Propriedade: J.A.M. do Nascimento - CNPJ (MF) 07.902.625/0001-98

E-mail: tribuna.amapaense@gmail.com / Site: www.tribunaamapaense.com / Twitter: @tribunaamapaense
Endereço: Avenida Pedro Lazarino, 1633 - Buritizal - Macapá / AP

Os conceitos e opiniões emitidos em artigos e colunas, são de inteira responsabilidade de seus autores, e nem sempre refletem a opinião deste jornal.

Deputados aprovam projeto sobre o Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação do Amapá



Da Editoria

A Assembleia Legislativa do Amapá (Alap) aprovou na sessão da última quarta-feira (4) o Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a indução e incentivos ao desenvolvimento do sistema de Ciências, Tecnologia e Inovação, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo no Amapá. A minuta do Marco Legal que originou o projeto foi apresentada em novembro do ano passado pelo Governo do Estado.

O documento aponta o incentivo ao desenvolvimento desses eixos no âmbito local, por meio de medidas que possibilitem o crescimento da inovação e do empreendedorismo no setor produtivo amapaense.

Entre os principais objetivos, o Marco Legal, cuja minuta foi desenvolvida na Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Setec), visa a maior e efetiva interação entre as instituições ligadas ao sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação, e o setor produtivo, para que seja possível alcançar a autonomia tecnológica e, conseqüentemente, a ascensão econômica do estado, impactando diretamente e positivamente na vida dos amapaenses.

“O Amapá é o primeiro estado a aprovar o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, atendendo os requisitos do documento federal aprovado que regula o

setor no Brasil”, frisou o titular da Setec, Rafael Pontes, em seu pronunciamento na Assembleia Legislativa. Na minuta estão previstas a transferência de tecnologia nos eixos público e privado; a disseminação da cultura de Ciência, Tecnologia e Inovação na rede estadual de ensino básica e nas instituições de ensino superior, assim como a viabilidade do acesso das empresas estabelecidas no estado aos incentivos fiscais da Zona Franca Verde, Área de Livre Comércio e Área Aduana Especial (portuária e de fronteira).

“Esse projeto está em consonância com o Governo Federal e oportuniza a desburocratização do setor de ciência e tecnologia no Amapá”, explicou Rafael Pontes, informando que o documento contempla que a transversalidade da atuação do sistema seja promovida no âmbito do Executivo estadual pela secretaria, por meio da promoção de políticas públicas transversais, construindo ambientes para parcerias estratégicas com outros órgãos da administração pública direta e indireta, instituições de ensino superior do Amapá, entidades não governamentais, setor produtivo, empresas nacionais e internacionais, entre outros.

“O projeto surge para estimular essa integração entre os setores, para que se possa desenvolver ainda mais a ciência, a tecnologia e a inovação no estado em benefício da população, tanto no âmbito econômico quanto social, promovendo geração de emprego e renda e qualidade de vida”, frisou Rafael Pontes, citando como exemplos as invenções de um empresário que está desenvolvendo gelo com sabor de açaí, limão, coco e outros sabores; além do projeto Placas de Energia Solar Fotovoltaica, de autoria de um aluno do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Amapá (Unifap), como fonte de energia sustentável acoplada a uma batedeira de açaí, como forma de estimular a produção do suco em comunidades onde não dispõe de energia elétrica. “Já começamos a encubar esse projeto na secretaria”, garantiu.

Vários deputados usaram da palavra e elogiaram a iniciativa do Governo do Estado. Na avaliação do deputado Max da AABB (SD), o projeto tornará o Amapá mais atrativo que os demais estados que compõem a Zona Franca Verde. “A partir de hoje, será um novo cenário para o estado”, finalizou Rafael Pontes.



Nas Garras do Felino



Na refrega

Já está na penitenciária, em sela especial, a empresária Dayane Lima, junto com Eveni Milhomem por terem sido laranjas do estelionatário Elton Lira que desviou recurso da Samprev (Santana Previdência) e da prefeitura de Oeiras município da região do Marajó. Lamentável!

Coligação da morte

A coligação que envolve os partidos dos Gurgel é barra pesada. Lá tem 6 deputados estaduais (Ericlúdio, Telma Gurgel, Jacy Amanajás, Pastor Oliveira, Aroldo Abdon e Charles Marques). Os analistas de esquina dizem que aí só faz quatro, logo dois vão dançar. Quem será?

??????

Uma ingônita é a razão para aprovação da gestão do Clécio junto aos municípios. A cidade está só buraco e lixo. Obras paradas há anos e as UBS funcionam mal. Qual o encantamento? Marketing eficiente, só pode.

Quer uma?

O Restaurante Popular inaugurado eleitoreiramente servia 400 refeições e já está fechado. O cara fez um estardalhaço desgraçado em cima disso e agora está desativado. Quem chia? Ninguém!

Choro e ranger de dentes

Tem muita gente enganada por políticos irresponsáveis e inescrupulosos. Esses biltres não medem consequência para obter voto. Disseram aos quatro ventos que quem prestou serviço em empresa particular no período de 88 a 93 viraria funcionário federal. Essa informação mentirosa provocou esperança em um monte de pais e mães de família. Quando descobrirem que isso não é verdade vai haver muito choro e ranger de dentes. Randolfe Rodrigues foi um dos que alardeou essa informação.

Dificuldade nacional

O Partido Rede de Sustentabilidade ta querendo colocar areia na paçoca do DEM com REDE em Macapá. Apesar de água e vinho (ideologicamente) os dois partidos estão juntos para eleição governamental, porém a direção nacional do partido não está engolindo essa união. Vamos aguardar desdobramento.

A beira da regularização

Com a estada do radialista Celso Rabelo em Brasília, ele esteve conversando com técnicos do Ministério do Trabalho e deixou tudo entabulado para liberação da Carta Sindical da Entidade amapaense. Celso tem apoio da direção da FITERT para assumir o Sindicato no Amapá.

Comunista as avezas

O grande magistrado Joaquim Barbosa que relatou com eficiência impar o processo do Mensalão resolveu sair candidato a presidente pelo PSB, só que não entra no perfil do comunista alienado e adepto ao centralismo obtuso.

Eleições 2018

Entrevista com Pré-candidatos ao Senado Federal



Pastor Guaracy Júnior (PTC)

“Realmente eu me decidi, disputar uma vaga do Senado pelo Amapá, pois se os homens de bem não se levantarem, quem vai ocupar essas cadeiras são pessoas de má fé”.

Reinaldo Coelho

O pastor Guaracy Júnior está entre os pré-candidatos para ocupar uma das duas vagas disponíveis no Senado para o Amapá. Líder da Igreja do Evangelho Quadrangular, o religioso é o nome que representa o centro-direita e tem recebido apoio de diversos setores, principalmente das igrejas cristãs.

Além de presidente estadual das Igrejas do Evangelho Quadrangular no Amapá, Guaracy Júnior também é um grande pecuarista e investidor do agronegócio, atividade mantida pela família dele há várias décadas.

O pré-candidato do PTC nasceu em Belém (PA), em 1974, e mudou-se para o Amapá em 2009. Será sua primeira eleição partidária. Ele é formado em administração de empresas e teologia. Não tem filhos.

Filiado ao PTC desde outubro do ano passado. Quando se filiou, Guaracy Júnior representava a Frente da Família Cristã, grupo composto por representantes de

diversas igrejas evangélicas e de católicos. Pessoas comprometidas com a defesa dos valores familiares. O pastor nunca teve cargo público, sendo conhecido no Estado por ser um empresário do agronegócio e pelo bom trabalho realizado à frente da igreja, liderando grandes eventos

Acompanhe a entrevista:

Tribuna Amapaense – O que o motivou a entrar na vida pública, principalmente, disputar uma vaga no Senado Federal pelo Estado do Amapá, mesmo não sendo amapaense?

Guaracy Júnior – Sempre lidamos com o público. Ao passar a exercer as atividades de Pastor e de Presidente da Igreja Quadrangular no Estado, desde 2008, estando assim radicado aqui há 10 anos, e entre as missões que exerci foi a de me apaixonar pelo Estado do Amapá e pelo seu povo. Quero aqui destacar que já conheço o Amapá há 33 anos, sou paraense, nascido em Belém (PA), e aos 8 a 9 anos de idade eu vinha aqui, visitar parte da minha família, que aqui residia, e morei em Ma-



capá em 1997, durante 1 ano. A partir disso passei frequentemente a vir a Macapá e Santana. Mais do que nunca o Amapá esteve no meu coração, e sempre me peguei pensando em me estabelecer aqui. Deus opera tanto no querer, quanto no realizar. Eu queria morar no Amapá e fui escolhido para presidir a Igreja Quadrangular Amapaense. Se eu não sou do Amapá, porque disputar uma vaga de senador por aqui? Há é paraquedista? Não, não sou paraquedista. Vivo há doze anos no Amapá, nunca me candidatei há nada, mas aqui já tenho raízes de 33 anos atrás. São duas coisas que não podemos escolher – Os pais, que dou graças a Deus, pelos o que eu tenho – e o lugar onde você nasce – mas o lugar onde você fica é escolhido por você. E eu escolhi o Amapá e me considero sim amapaense e afirmo, a nossa origem é a mesma. Eu amo esse Estado, a Bíblia diz: Onde está teu tesouro, ali estará teu coração. A visão de disputar o senado, foi justamente a vontade de fazer a diferença. Pois a minha atuação frente à igreja e vendo o sofrimento e as dificuldades de muitos, principalmente durante uma crise que estamos passando há

três anos, que não é somente econômica, é familiar, educacional, moral, e política. Então realmente eu me decidi, pois se homens de bem não se levantarem, quem vai ocupar essas cadeiras são pessoas de má fé.

TA – O PTC, que o senhor classifica como uma legenda de centro/direita, ligada à família e incentivadora do desenvolvimento econômico, é a legenda ideal para a sua defesa da família?

Guaracy Júnior – Sim, o PTC é um partido que visa e guarda os valores da família. Pois temos a família como a célula mater da sociedade e que deve ser preservada, guardada, considerado, valorizada. Não só a família, mas o respeito as autoridades. Por exemplo, eu acho louvável o filho que pede a bênção ao seu pai; quando o aluno respeitado seu professor, que tem uma dedicação a sua vida. E quando as coisas são invertidas e você passa a não honrar seus pais, suas autoridades, seu professor, um pessoa que está ali em seu benefício, para lhe ensinar, como mentor, como líder, quando você desonra as pesso-



as, você quebra princípios e se o assim faz, caímos em diversos erros. E o PTC vem defendendo a ordem, a família e o desenvolvimento social.

TA – Ao se filiar em 2017 o senhor representava a Frente da Família Cristã, grupo composto por representantes de diversas igrejas evangélicas e de católicos. Pessoas comprometidas com a defesa dos valores familiares. Qual é o objetivo dessa frente?

Guaracy Júnior – A Frente da Família Cristã (FFC) é um movimento muito bem organizado no Brasil. Eu acho que as Igrejas chegaram a uma maturidade, onde 95% da população brasileira é cristão. Isso abrange os evangélicos, católicos e diversas outras denominações que são cristãos. Acreditamos na Bíblia em Deus, junta-se aí uma grande parcela de judeus, que não são cristãos, porém tem todo respeito pelo mesmo Deus. A FFC foi criada justamente devido a um ataque aos valores da família, a deturpação do que é muitas vezes politicamente correto. Vou explicar, pois as pessoas radicais podem ler somente no contexto da sexualidade. A FFC não está para condenar alguém por ser homossexual, isso é um grande erro. Não podemos condenar uma conduta, cada pessoa é responsável pela sua conduta. A FFC está para preservar os direitos das famílias, dos pais terem o direito da educação de seus próprios filhos e não o ESTADO se intrometer e querendo enfiar uma ideologia de gênero goela a baixo de uma criança. Alguns dizem – “Há! Ideologia de gênero, não é tão mal”. Não é tão mal até você ir a uma sala de aula e ver o que está acontecendo. Quando você pega seu neto, sobrinho sendo confundido pelo que lhe dizem – “Olha! Você não tem que dizer que é menino ou menina, você vai decidir no decorrer de sua vida. E de preferência que você experimente vários tipos de relações sexuais”. Isso é erotização de crianças. O problema é a militância radical que pega símbolos das igrejas e desprezam. O que queremos é que respeitem os nossos valores. As cartilhas de ideologia de gênero tratam isso de forma muito pesada. Se eu visse isso a 15 anos atrás, eu diria que seria impossível que isso se encaminhasse para atual situação.

TA – O senhor acredita essa situação na sociedade brasileira ao o que ou a quem?

Guaracy Júnior – Tudo isso tem um pano de fundo, assim como temos de respeitar os pontos de vista contraditórios, o mundo viveu ao longo de um tempo a esquerdização, não condeno aqui quem pensa de forma diferente, mas com isso alguns valores foram deturpados, principalmente ao que tangem a família. [Vladimir Ilyitch Ulianov] Lenin nos dez pontos principais de um livro que ele escreveu e diz assim – Para tornar-se um Estado forte destrua a família e toda a concepção familiar – Qual é a forma de destruir a família? Existe uma intenção real de fazer isso, desrespeitando os valores das autoridades e da família,

sem condenar as famílias alternativas, mas da família gerada pelo relacionamento homem e mulher.

TA – Os meios de comunicação estão sendo responsáveis pela divulgação dessas mudanças negativas?

Guaracy Júnior – Eu creio que alguns canais de publicidade dão ênfase a essas distorções. Não posso concordar em uma hóstia católica, palavras pejorativas. E isso se publicado na imprensa e na capa um homem fazendo sexo com um animal. Aquela famosa mostra patrocinada pelo Santander - ‘Queermuseu — Cartografias da diferença na arte brasileira’ – Ali você tinha racismo, vilipendiando as religiões, a Bíblia, a Jesus Cristo isso exposta a crianças em praça pública. É uma perseguição ao homossexualismo. Não, Não ele pode ser o quiser ser, ninguém pode ser meter na vida dele. O que não pode é valores cristãos serem vilipendiados. Lá atrás um homem foi acusado de chutar uma imagem e foi expulso do Brasil, hoje um homem pegou uma imagem e ralou se masturbando e a sociedade aceita isso. Isso passa na TV, é isso que acredito.

TA – A adoção de crianças por casais homo afetivos não vem ajudar a cair o



número de crianças abandonadas e esquecidas nos orfanatos e abrigos?

Guaracy Júnior – A adoção no Brasil é muito burocrática e pouco prática e por isso, muitas vezes boas famílias desistem de adotar. Mas essa burocracia é para proteger, nem sempre funciona assim, muitas vezes estimula ações ilegais. Se um casal é estável, em residência fixa, tem bons antecedentes, ele é apto, vai haver erros, pode, por serem humanos. Porém, um estudo maior sobre a adoção, podemos chegar a 1 milhão de crianças que poderiam ser adotadas. A justiça ela pode julgar cada caso que pertence a ela, porém, nós temos de ter as condutas com certos cuidados. Existem pesquisas e elas mostram que muitas crianças adotadas por casais homossexuais acabaram sendo abusadas. Não quero dizer todos, por ser homossexuais são marginais, não, tem gente muito boa, correta e íntegra.

TA – Que legendas políticas o senhor considera para apoiar o PTC e sua candidatura rumo ao Senado Federal?

Guaracy Júnior – Eu posso me classificar, quando tange a economia, eu sou a favor de uma economia liberal, porém ao que tangem a valores a costumes, posso ser colocado a conservador, não antiquado, mas na conservação do que justo. Quando se vala em legendas partidárias, o Brasil tem um comportamento estranho sobre isso. Um partido teoricamente de esquerda, quando chega em alguns Estados ele não é esquerda e sim direita ou vice versa. Justifica-se porque partidos são representados por pessoas, um representante de um partido, nunca leu a base ou os fundamentos de seu partido. Eu me encaixo muito bem PSC, PODEMOS, AVANTE, mas não estou falando aqui de partidos que supostamente teria uma aliança. Temos recebido propostas de muitos partidos grandes para coligar e elas vão passar por quem fica por traz desses partidos e entendo que é bom sempre estar ao lado das pessoas que zelam pelo crescimento do Estado. Podemos ter divergência partidárias e ideológicas, mas temos de focar na prosperidade do povo amapaense.

TA – O senhor começou a atuar na política partidária recentemente, mas sempre participou das ações políticas no Amapá, como está a participação do Pas-

tor Guaracy Júnior e o PTC com o PDT e o Governador Waldez Góes?

Guaracy Júnior – Não teríamos uma ligação política com o PDT, o que temos é amizade e muito respeito com o governador Waldez Góes (PDT), assim como temos com o prefeito Clécio Luís (REDE). Para isso, eu uso um princípio bíblico que diz que devemos honrar as autoridades. Isso não significa de concordar com tudo o que elas fazem, porém, se ele está trabalhando pelo bem do Estado, acho uma loucura fazer uma oposição burra, fazer por fazer. Você é oposição contra o crescimento do Estado? Se o governador ou o prefeito tiver proposta de desenvolvimento eu tenho que apoiar. Eles poderiam ser adversários políticos, o que eu não tenho, pois respeito a todos, Waldez, Clécio, senador Capi, mas querem o bem do Estado eu tenho de cooperar com eles, para fazer esse Estado andar.

TA – O senhor declarou em uma entrevista a JM Notícias que concorda com este plano de aumentar a Bancada Evan-

gética no Congresso, e que entende que há um plano progressista em destruir a família, começando por descaracterizar a sociedade construída no modelo judaico-cristão. Em que o senhor se baseia para essa afirmação?

Guaracy Júnior – Primeiro não seria aumentar a Bancada Evangélica, quero fazer um concerto aqui, o nosso desejo da FCC é aumentar a bancada Cristã na Câmara Alta e Baixa do Parlamento Brasileiro. Gente que levante e leve a bandeira da família e do desenvolvimento do Estado, da moralidade, que trabalhe contra a corrupção e isso seja católico, evangélico, mas gente comprometida ao temor ao Senhor e aos valores e bons costumes. Gente que creia que o Brasil tem jeito.

TA – O Amapá tem sua economia baseada no fomento do contracheque, isso é público e notório, a necessidade de garantir o desenvolvimento do Estado, incentivando a vinda da indústria e dos grandes investidores passa pelo Senado Federal? O que o senhor pretende fazer na Câmara Alta para conseguir atrair agentes de fomento para o Estado? Qual será a base de seu trabalho?

Guaracy Júnior – Sim, historicamente o Amapá está cada dia mais pobre, justamente pela dependência do contracheque. A população cresceu e a riqueza não aumentou. Em 2015 tínhamos próximo de R\$ 14 bilhões de PIB, antes disso foi R\$ 18 bi. Estima-se que em 2018, pode fechar em R\$ 17 bi, estima-se. O que acontece, de 78% a 88%, podemos chegar a 90% da nossa economia gira em torno de União, Estado e municípios. Em média 85% da economia amapaense vem do estado e volta, com o problema que não fica aqui. O que se consome não é produzido aqui. Até a carne bubalina que é de primeira qualidade não é consumida pelo amapaense. Você vai aos grandes centros do Brasil, e a carne de búfalo e seus derivados é a mais cara. Mais isso acontece devido à falta de informações e de incentivo nesta área. O agricultor é um herói, ele investe na terra, vive da terra, ele produz para o Estado e encontra muitas portas fechadas especialmente, quando não tem os incentivo à produção. A maioria dos países incentivam a produção, dando empréstimos com juros baixíssimos. No Brasil temos FNO, BNDES, mas, a população do Amapá tem dificuldades de acessar esses recursos, pois não são donos de suas terras. Eu acredito muito que a solução para o Amapá passa pelo agronegócio.

TA – Por que?

Guaracy Júnior – O frango aqui consumido tem um gasto de quase R\$ 1 bilhão por ano, o consumidor compra aqui, mais esse dinheiro vai para o Estado produtor e isso acontece com outros produtos. O Amapá poderia ser um estado riquíssimo em produção.

TA – Como sair desse gargalo do contracheque?

Guaracy Júnior – Primeiro, o Amapá é um Estado onde a mineração pode ser uma grande fonte de renda, inclusive trazendo benefícios sociais. Mas para isso tem que se estabelecido regras rigorosas. Só que essas regras quem tem que impor é o governo que está no poder. Ai entra o papel do senador, do governador, deputados estaduais e federais. Temos que lutar pelo que é nosso. As pessoas criminalizam a mineração e deixaram 10 mil garimpeiros desempregados no Amapá. Vejamos a RENCA, quando a vetaram isso foi ruim para o Estado, mas como queriam que fosse aprovada não seria tão benéfica para o Amapá. Ela deve ir para frente, mais com algumas observações. A mineração tem que trazer benefícios sociais. O garimpeiro hoje é obrigado a trabalhar escondido e assim vai fazer tudo errado, pois não lhe dão direito a regularização, a burocracia é intransponível. Não podemos criar dificuldades, para vender facilidades.

TA – Qual seria o grande benefício social das grandes mineradoras e como facilitar aos pequenos garimpeiros?

Guaracy Júnior – Que se aprove as grandes mineradoras e que se facilite aos pequenos, mas com responsabilidade social e com o meio ambiente. Como fazer isso? Se foi recolhido X de minério, Y fica para o Estado. A compra de produtos tem de ser no Estado e no município minerador. O legislativo está ai para isso. A mineração pode adicionar ao PIB do Amapá R\$ 5 bilhões por ano.

TA – E o agronegócio que está em expansão, assim como a pecuária, qual seria as alternativas para impulsionar esses crescimentos?

Guaracy Júnior – Nós temos no cerrado alto e baixo, um milhão e quatrocentos mil hectares. Plantando somente 400 mil hectares, gerando R\$ 3 a 5 bilhões em apenas uma safra por ano. As indústrias correlatas terão a capacidade de colocar três vezes mais, ou seja, com uma safra teríamos R\$ 9 bilhões por ano pela atividade agroindustrial. Somando tudo isso, a economia do Amapá dobraria e se tornaria o Estado mais rico do Brasil. Não é difícil.

TA – Soja não traz emprego?

Guaracy Júnior – Traz, primeiro a produção, depois as atividades exportadora, logística e transporte, riquezas circulando por aqui. Navios embarcando, sem esquecer que podemos receber a logística de Mato Grosso, pois não tem lugar no Brasil que esteja tão bem localizado quanto o Amapá. Todas as atividades correlatas do agronegócio, que representa a indústria de transformação. Esmagadoras, indústria de ração, entre dezenas de outras. Gera mui-

tas riquezas. Poderá fazer o confinamento bovino e bubalino, e a carne do Amapá vai se tornar a melhor do Brasil.

TA – Se chegar ao senado federal, o que pretende fazer para atrair agende de fomento para o Estado do Amapá? Qual seria a base de suas ações?

Guaracy Júnior – Desburocratizar e regularizar as terras, para que o produtor tenha acesso bancário. Um Estado que amplie a possibilidade de desenvolvimento. Temos uma Zona Franca Verde com todas as condições de trazer as agroindústrias para cá, no entanto não fazemos nada. Nós temos aqui uma isca para as indústrias virem para cá, um rebanho, o segundo maior do Brasil. E mesmo sem mandato já estamos trabalhando nisso e as grandes empresas tem de se assentar no Amapá, com sócios amapaenses.



TA – O Brasil está passando por uma grande crise ética na política, a Lava Jato está combatendo e prendendo políticos e empresários que surrupiaram os cofres públicos, inclusive um ex-presidente da República, que está preso e o atual está sob suspeita. Como o senhor analisa esse cenário?

Guaracy Júnior – Reinaldo, tenho 43 anos, e nunca imaginava que chegaríamos a uma situação dessa. Nem o tamanho do abismo e do rombo que nos foi colocado as claras. A crise é ética, moral, social e familiar, refletiu na crise econômica. E graças a crise é que está acontecendo todas essas transformações, pois ela é o convite, por uma mudança. Se não tivesse a crise econômica e financeira, ninguém estaria vendo essas coisas. Estariam todos preocupados com a Copa do Mundo. O Brasil tem que mudar, a honestidade tem que ser prática dos bons costumes. Não podemos aceitar o jeitinho brasileiro. Parte da sociedade está se levantando, porque acredita em um Brasil diferente. Nós podemos mudar, podemos fazer diferente, e chegarmos a um novo tempo.

TA – A situação atual da política desanimou muitos brasileiros. A política está suja. As pessoas de bem não querem

participar dessa velha política. O senhor que a encarou sempre, pode ser considerado “novo” para os eleitores amapaenses?

Guaracy Júnior – Eu não pensava em ser político, em me candidatar. Na minha forma de pensar tem coisas que são caracterizadas como nobre na política. A velha política perdeu espaço, ficou inadequada e inaceitável e o povo quer uma renovação e ela passa pela verdade. Não importa que seja direita, centro e esquerda. Acho busca políticos autênticos que sejam capaz de assumir suas posições. Quem não assume vira um camaleão. Não gosto da política da perseguição, todo radicalismo é burro. Tem de dar a chance de ouvir o contraditório. Eu me considero ‘novo’, pela capacidade de pensar, de analisar, antes de julgar, poder absorver e entender que algo precisa ser feito realmente.

julgados por um Tribunal Militar, que conheçam a atividade e possam julgar com base na realidade.

TA – A cultura amapaense está restrita a região, muitos artistas locais, de alto nível, não tem oportunidade de seus trabalhos serem divulgados em grandes centros. Os cantores locais tem participado de eventos nacionais e internacionais sem apoio. O que o Guaracy Júnior pretende quando esse segmento?

Guaracy Júnior – Sou cantor, tenho uma banda, eu gosto disso. O artista ele faz o que ama. E posso dizer que ele é o dos mais incompreendidos. E muitas vezes essa incompreensão, passa pela falta de apoio. O Estado deve ser um promotor de seus artistas. Porque ele é representante da cultura, ele leva o nosso turismo para fora. O Norte do Brasil, demorou muito

tempo para romper essa barreira, até que a cultura nortista foi levado Brasil afora. O Pará conseguiu isso. Quantos artistas amapaenses de altíssimos níveis nós temos. E essa ajuda passa pelos projetos que além de apoiar e chamar atenção de sua terra. Ele é promotor turístico de sua cidade. Suas músicas cantam a beleza da natureza. Zé Miguel, Osmar Júnior, Marcelo Dias, e cultura tem que ser respeitada, honrada e incentivada. Seja ela cultura Gospel ou Popular. O Estado que não incentiva a arte se torna um Estado burro, tem que ser incentivado a admiração pela pintura, musica, ritmos, som, poesia, literatura e principalmente no que traz turismos para o Amapá.

TA – O que o povo pode esperar do Senador Guaracy Júnior?

Guaracy Júnior – Alguém que lute pelo desenvolvimento do Estado, que lute pelos valores cristãos da família e de uma justiça, onde no Brasil, possamos viver dias em que um político, não seja chamado de ladrão. Que ele realmente venha a ser um homem honesto, que procure trazer benefícios para sociedade. Alguém que tenha o coração voltado para as pessoas. Faço minha as palavras de Jesus. Ele no alto de sua fama, quando ele não podia entrar nas cidades, pois as multidões o aboravam, causando agitações. No alto de sua fama, ela passou a pregar, somente nos desertos. E ele disse uma dia – Observe os lírios dos campos. Nem Salomão se vestiu como um deles. Na nossa correria do dia a dia, nos tornamos tão ocupados que deixamos de admirar o que é belo, a família, deixa de olhar o pobre. Isso pode nos dar o risco de deixar de sermos humanos e de pensar do sofrimento e nas necessidades dos outros. Perdemos a sensibilidade. Se Deus me der a graça de ir ao Senado, eu vou fazer de tudo para honrar a posição que estou. Para buscar uma sociedade melhor. Um Brasil Patriota!



Direito Eleitoral

Besaliel Rodrigues



Aplicativos da Justiça Eleitoral para celulares, tablets etc. – I

Todos sabem que as eleições brasileiras são internacionalmente reconhecidas pelo seu alto nível tecnológico. No site do TSE constam inúmeras informações sobre este fato.

Para compor esse cenário de inovações, por exemplo, a Justiça Eleitoral disponibilizou no pleito municipal de 2016, 11 (onze) aplicativos para dispositivos móveis – smartphones e tablets (iOs e Android) – que tiveram a função de auxiliar os eleitores e os próprios servidores.

O portfólio de aplicativos foi lançado gradativamente. As ferramentas possibilitaram acesso às principais datas do processo eleitoral, consulta a processos, busca de informações sobre candidatos, consulta aos locais de votação, denúncias de irregularidade eleitoral, acompanhamento da apuração, além de ajudar os servidores a identificar eventuais problemas durante a preparação das urnas eletrônicas e reportá-los ao Tribunal Regional Eleitoral competente. Até o boletim com o resultado da eleição na urna, o eleitor que tinha celular pode fazer o registro digital e conferir os votos dados na seção.

Os dois primeiros aplicativos disponibilizados no pleito passado foram baixados na Google Play e na Apple Store: o “Agenda JE” com os eventos do calendário eleitoral e calendário da

transparência e o “JE Processos” de acompanhamento processual.

Desde o momento que a tecnologia ganhou destaque e se tornou o carro chefe do processo eleitoral, a Justiça Eleitoral busca o desenvolvimento e o aprimoramento dessas ferramentas, sempre introduzindo inovações. “As funções mobile são um exemplo disso. Nas eleições 2014, colocamos quatro aplicativos à disposição do eleitor com sucesso considerável. Inclusive, um deles, o “Apuração”, esteve em primeiro lugar na Apple Store nas vésperas das eleições. Isso mostra o compromisso da Justiça Eleitoral com a sociedade”, disse o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Janino.

Giuseppe lembra que todos os aplicativos foram desenvolvidos de forma colaborativa, usando forças de trabalho de equipes remotas, técnicos do TSE e dos tribunais regionais em todo o país. “Utilizamos muito bem a força de trabalho de cada um com suas peculiaridades e conhecimentos”.

O aplicativo “Agenda JE”, com todos os acontecimentos previstos para a eleição, apresentou o Calendário Eleitoral integrado ao serviço “Calendário da Transparência”, que disponibilizou todos os eventos que buscaram a auditoria e a transparência, com a participação da sociedade e

das entidades interessadas no processo, como datas importantes que o eleitor pode acompanhar por meio de audiências públicas. O dispositivo fez notificação automática com vinte, dez e dois dias de antecedência para o encerramento de todos os prazos constantes nos calendários. O recebimento de notificações pode ser desabilitado pelo usuário.

Outro app também disponibilizado foi o “JE Processos”. A solução que, não está ligada exclusivamente à eleição, permitiu o acompanhamento do trâmite dos processos do Sistema de Acompanhamento Processual e do Processo Judicial Eletrônico. O usuário pode consultar por nome da parte, nome do advogado ou número do processo. Também foi possível visualizar a lista de processos desejados. O aplicativo exibiu os andamentos, relator do caso, origem, ementa, partes e advogados, decisões e publicações do processo.

O resultado do pleito municipal de 2016 pode ser conferido por meio do código QR – um código de barras em 2D que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares que têm câmera fotográfica. A ferramenta permitiu que qualquer cidadão acessasse de forma rápida, segura e simplificada as informações contidas nos Boletins de Urna (BU), que são impressos após o encerramento da votação e afixados em quadros

de aviso nas seções eleitorais.

“Possibilita que o cidadão comum, o eleitor, seja um fiscal, um auditor do processo na medida em que por meio do seu smartphone registra informações dos resultados que saem e possibilita a comparação com os resultados que são totalizados”, relatou o secretário Janini.

O aplicativo “Candidaturas” foi um dos aplicativos que teve grande procura em 2014. O serviço permitiu que o eleitor acompanhasse o seu candidato. Nele, os eleitores e demais interessados puderam acessar as seguintes informações: nome completo do candidato, nome escolhido para urna, número, situação do registro de candidatura, cargo, partido, coligação e, ainda, o link para o site do candidato. Todas essas informações foram obtidas diretamente das bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que foram atualizadas diariamente. Uma novidade em 2016 foi a exibição dos dados da prestação de contas do candidato.

“Esse software é uma forma de se ter informações completas sobre os candidatos e também saber em quem votou. Ele [usuário] pode inclusive no futuro, marcando esses candidatos, saber em quem votou, para poder cobrar o cumprimento de suas plataformas”, relatou o secretário. Continuaremos na próxima oportunidade.

TRE-AP NO TRIBUNA

Eleições 2018

Alerta para os prazos do calendário eleitoral.

Reajuste de servidores públicos acima da inflação está proibido a partir de terça-feira (10)

A partir desta terça-feira (10) até a posse dos candidatos eleitos em 2018 (1º de janeiro para presidente da República e governadores), é proibido aos agentes públicos fazer, na circunscrição da eleição, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que supere a recomposição da perda de seu poder aquisitivo no ano eleitoral. Essa proibição está na Lei nº 9.504/1997, art. 73, inciso VIII (Lei das Eleições) e na Resolução-TSE nº 22.252/2006.

A circunscrição eleitoral é a região onde ocorre a eleição. No caso da eleição para prefeito e vereador, é o município. No caso da eleição para governador, senador e deputado federal e estadual, o estado. E com relação à eleição para presidente da República, o país.

O artigo 73 da Lei das Eleições proíbe aos agentes públicos, como o presidente da República, governadores e prefeitos, condutas capazes de afetar a igualdade dos candidatos na disputa eleitoral. Essas restrições buscam impedir o uso de recursos públicos para a promoção de campanhas eleitorais.

A proibição de um reajuste superior à

inflação em ano eleitoral abrange todas as formas de remuneração dos servidores públicos. Esse reajuste só vale quando lei específica nesse sentido é aprovada pelo Legislativo da respectiva esfera administrativa (Governo Federal, estado e município), segundo o artigo 39 da Constituição Federal. O objetivo de se vedarem reajustes na remuneração dos servidores públicos acima da inflação em ano eleitoral é justamente prevenir a influência de aumentos superiores ao teto inflacionário no resultado da eleição.

O chefe da Assessoria Consultiva do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Sérgio Ricardo dos Santos, explica que a norma não proíbe aumento aos servidores em ano eleitoral. No entanto, o reajuste tem que ficar no limite da inflação apurada no período.

“Então, no ano da eleição, até hoje, se tivermos uma inflação acumulada de 10%, é esse o valor que poderá ser concedido como aumento salarial. O que exceder a isso fica caracterizado como conduta vedada”, exemplificou.

Segundo Sérgio Ricardo, os agentes públicos que infringirem as normas legais sobre condutas proibidas “podem e devem” responder na esfera jurídica, e também na

administrativa. Ele informa que não somente o agente pode ser punido, como também quem se beneficia da conduta vedada pode responder e ter, eventualmente, o registro de candidatura cassado. “O importante dessa proteção que a legislação oferece é garantir uma disputa eleitoral equilibrada e livre de qualquer abuso”, afirmou o chefe da Assessoria Consultiva.

Entre as punições previstas pelo artigo 73 da Lei das Eleições para o agente público que cometer alguma conduta vedada, estão a suspensão imediata da conduta ilegal, multa e, nos casos mais graves, a possibilidade de cassação do registro de candidatura ou do diploma se o candidato tiver sido eleito. Contra o agente público infrator poderá ainda ser aplicada a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), se for o caso.

Esta terça-feira é ainda o último dia para a direção nacional de partido publicar, no Diário Oficial da União (DOU), as normas para escolha e substituição de candidatos e para a formação de coligações, no caso de omissão do estatuto, pela Lei nº 9.504/1997, art. 7º, § 1º.

Confira a seguir algumas definições importantes ligadas ao assunto:

O que é agente político?

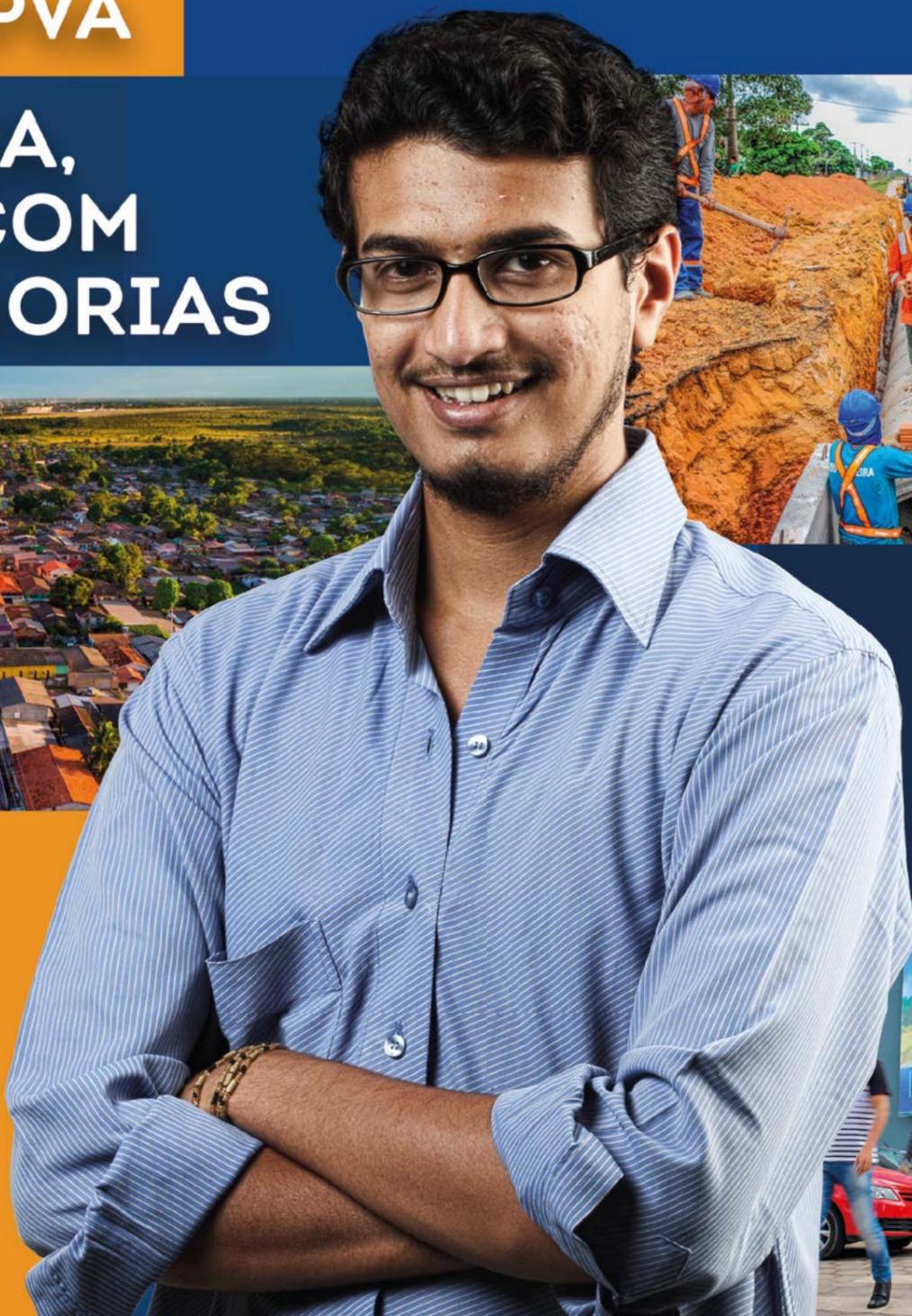
O agente político é quem detém cargo eletivo, para um mandato transitório, como os chefes do Executivo e membros do Legislativo, além de cargos de ministros de Estado e de secretários estaduais. (Fonte: site Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União)

O que é agente público?

O agente público é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço ao Estado – funções públicas, no sentido mais amplo possível dessa expressão – significando qualquer atividade pública. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) traz o agente público como “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”. Abrange, pois, o servidor público, o empregado público, o terceirizado e o contratado por tempo determinado. (Fonte: site Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União).

REFIS DO IPVA

IPVA EM DIA, CIDADES COM MAIS MELHORIAS



ÚLTIMA OPORTUNIDADE

ATÉ

28

DE FEVEREIRO

PARCELAMENTO EM ATÉ

24x

TAXAS DO DETRAN EM ATÉ

12x

100%

DE DESCONTO EM JUROS E MULTAS



Para solicitar, procure uma unidade do Super Fácil levando os documentos do seu veículo e um documento de identidade com foto. Parcele seu IPVA atrasado e aproveite os benefícios exclusivos!

www.amapa.gov.br

[governo.ap](https://www.facebook.com/governo.ap) [@governoamapa](https://www.instagram.com/governoamapa)



AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO
Cuidando da nossa Gente

2º Caderno



PISCICULTURA NO AMAPÁ



Página 12-13

*CADEIA PRODUTIVA:
UM NOVO COMEÇO*

Nova regulamentação da Região Metropolitana vai garantir mais recursos para Macapá, Santana e Mazagão

Da Editoria

Sanção da nova lei dá sustentabilidade jurídica ao gerenciamento da área composta pelos municípios de Macapá, Santana e Mazagão. O Estado consolidou o mecanismo que dá sustentabilidade jurídica de gestão e cria a Região Metropolitana de Macapá (RMM), a qual integra, além da capital, os municípios de Santana e Mazagão. A lei que põe em vigor a RMM foi sancionada pelo governador do Amapá, Waldez Góes, no último dia 9.

A solenidade reuniu gestores e técnicos do setor de Infraestrutura, que agora abrange, também, a Secretaria de Desenvolvimento das Cidades (SDC) – medida que foi regulamentada na mesma cerimônia.

A partir de agora estão definidos eixos de interesse comum entre os três municípios da Região Metropolitana, entres os quais estão saneamento básico, mobilidade urbana, saúde, segurança pública, educação, habitação e planejamento integrado de desenvolvimento econômico, social e territorial sustentável.

O governador ressaltou que o processo de criação do novo mecanismo de gestão pública teve a participação popular, por meio de entidades da sociedade civil organizada. “Criamos a Assembleia Metropolitana, que tem a participação de representantes da sociedade civil, gestores dos três municípios, do governador e o secretário das Cidades, para as devidas deliberações de interesse comum dos municípios que compõem a área”, explicou o chefe do Executivo Estadual.

Ele também lembrou que a RMM é discutida desde a inauguração da Ponte Washington Elias dos Santos, que interliga os três municípios. A entrega da ponte marcou o fim do isolamento terrestre de Mazagão para outras regiões do estado e da dependência de balsas



para realizar a travessia, que durou 50 anos.

Benefícios

A Região Metropolitana deve contribuir com a integração, organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum das localidades. A implantação também otimiza o uso de recursos públicos, como convênio entre o Poder Executivo e os municípios que integram a região. Além de facilitar a captação de mais recursos por meio de convênios com o governo federal.

Inclusão de Mazagão

A lei 096/2016, sancionada pelo governador Waldez Góes, de autoria do

deputado Pedro DaLúa, incluiu Mazagão a Macapá e Santana. Graças à lei que incluiu Mazagão na área metropolitana da capital, o município será be-

Quase dois anos após a inclusão de Mazagão na Região Metropolitana de Macapá, o município experimenta um crescente desenvolvimento no tu-



neficiado em 2018 com recursos oriundos de emendas coletivas de bancada, na ordem de R\$ 12 milhões. Além de Mazagão, Santana receberá R\$ 30 milhões e outros R\$ 30 milhões serão investidos em Macapá. Outros R\$ 100 milhões serão para o Hospital Universitário, cujas obras já iniciaram. É a primeira vez que Mazagão recebe recursos dessa ordem.

A regulamentação sancionada na segunda-feira (9), e cuja publicação ocorre esta semana define eixos de interesse comum entre os três municípios da Região Metropolitana, entres os quais saneamento básico, mobilidade urbana, saúde, segurança pública, educação, habitação e planejamento integrado de desenvolvimento econômico, social e territorial sustentável.

rismo, na economia e na educação. A Lei 096/2016 foi publicada em 17 de maio de 2016 após ampla discussão na Assembleia Legislativa e realização de audiência pública.

O autor da proposta, deputado Pedro DaLúa, diz que Mazagão necessitava sair do isolamento pois mesmo sendo um dos municípios mais próximos da capital, não tinha linhas de ônibus nem plano de gerenciamento dos resíduos sólidos.

Ele reconhece que a Ponte da Integração foi um passo importante, mas se não houvesse uma legislação em vigor, muito ainda estaria por ser feito.

“O próximo passo é a captação de recursos federais para a pavimentação da rodovia, garantindo que o mesmo desenvolvimento também chegue aos distritos de Mazagão, especialmente onde existem polos de produção agrícola, facilitando o escoamento desses produtos”, declarou o parlamentar.



Terminal Rodoviário de Macapá - Empresa vai investir mais de R\$ 2 milhões

Ailton Leite

SINART foi a vencedora da licitação para concessão do espaço e vai administrar o local por 25 anos. Empresa administra 47 terminais rodoviários em dez Estados.

A Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. (SINART) foi a vencedora da licitação realizada pelo governo do Estado para administrar o Terminal Rodoviário de Macapá. A empresa, que vai administrar o espaço por 25 anos, anunciou investimentos de R\$ 2 milhões na reforma do terminal.

A abertura da única proposta apresentada para a concessão do Terminal aconteceu nesta segunda-feira, 9, na sala de reuniões Comissão Permanente de Licitação (CPL), da Secretaria de Estado de Transportes (Setrap).

O edital de licitação chegou a consultado por 13 empresas, a maioria de fora do Estado, mas apenas a SINART apresentou proposta através de seu representante para acompanhar a sessão pública para recebimento de documentação e propostas.

A partir desta segunda-feira (9), começa a contar o prazo de cinco dias para recurso. A expectativa do governo é que a assinatura do contrato ocorra em, no máximo, 20 dias. De acordo com o diretor de Transportes da Setrap, Andrey Rego, a privatização de terminais de ônibus já é uma realidade em vários Estados brasileiros. Ele explicou que a licitação seguiu as referências de processos realizados em outros lugares do país. "Foi um processo que já vinha sendo discutido há muito tempo e, hoje, concluímos com esta empresa vencedora que já atua há bastante tempo no mercado e administra vários terminais pelo país", destacou Rego.

O diretor ressaltou que, em breve, será possível notar a organização e reestruturação do Terminal Rodoviário de Macapá. "A expectativa é que em dois anos, a população possa começar a sentir as mudanças, o que vai significar um ganho muito grande pra sociedade e principalmente para o Estado, que vai passar a receber pela concessão",



adiantou Andrey Rego.

A concessão deve iniciar nos próximos meses. O governo passa a receber pelo serviço após o quinto ano de vigência. Encerrado o prazo de 25 anos, a empresa devolve o espaço para o estado.

O presidente da SINART, Eduardo Pedreira, revelou que serão investidos mais de R\$ 2 milhões na infraestrutura e modernização do terminal, garantindo aos usuários do transporte coletivo intermunicipal, um ambiente com mais comodidade e conforto. "Com a modernização, o terminal será todo informatizado, o espaço ganhará som ambiente, entre outras melhorias. Nosso objetivo é fazer com que ele se torne um modelo, trazendo para cá a padronização adotada nos demais terminais rodoviários administrados por nós", frisou Pereira.

Sobre a empresa

A Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. (SINART) tem sede administrativa em Salvador (BA) e administra 47 terminais rodoviários em dez Estados, destes, 9 em capitais.

Há 15 anos é responsável pela administração de terminais rodoviários no Pará, com destaque para o terminal rodoviário de Belém e outros 17 municípios como Mara-

bá, Castanhal, Parauapebas e Santarém.

Na região Nordeste, administra terminais rodoviários na Bahia, Alagoas e Piauí. Atua, também, na região Centro-oeste, em Goiás e Mato Grosso. Em São Paulo, é responsável pela administração do terminal rodoviário de São Bernardo do Campo.

O Terminal

Este ano, o terminal completa 19 anos de criação, e, em todos esses anos, o espaço não tem gerado receita para o Estado, segundo Andrei Rêgo, diretor de Transportes.

No início das atividades, no final da década de 1990, foram cedidas licenças para exploração comercial nos boxes, sem nenhum custo aos empresários.

"Hoje, nós temos catalogados mais de 62 invasores na área de circulação. É para essa correção que a gente está trabalhando", disse Rêgo.

A Setrap busca com a iniciativa, além de revitalizar o local, combater a exploração ilegal de transporte de passageiros, os 'pirateiros'.

Diversas denúncias feitas e constadas pela Polícia Militar e pela Secretaria de Estado do Transporte (Setrap), responsável pelo espaço que o único Terminal Rodoviário de Macapá estava sendo utilizado como ponto de venda e consumo de drogas. De acordo com o diretor de transporte do Setrap, Andrey Rêgo, o governo aguarda aprovação do processo licitatório da terceirização do terminal, que deve ser emitido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas ainda não há data definida. Ele destaca que a mudança na administração pode combater o problema.

"A terceirização vai levar o Terminal Rodoviário a uma nova estrutura, com mais investimentos e ocupação de toda aquela área.

Haverá também o fechamento e a instalação de uma guarita, assim será combatido o crime que está ocorrendo no local", destacou.

A PM ressaltou que não conta com um posto fixo no terminal, mas atende a constantes denúncias de trabalhadores e passageiros envolvendo a venda e o consumo de drogas. O 2º Batalhão da Polícia Militar, responsável pela Zona Norte, reforçou que já encontrou crack com usuários instalados nos arredores do espaço.

Para um trabalhador do terminal, que preferiu não se identificar, a situação tem gerado medo nas pessoas que frequentam o espaço. Ele destaca que atua há 10 anos no



local e o número de usuários de entorpecentes e traficantes tem aumentado com o decorrer do tempo.

"Esse problema vem se arrastando há uns 4 anos. É 24 horas essa situação de venda e consumo de drogas. Já virou uma cracolândia. Quando os passageiros chegam à noite e se descuidam das malas, acabam sendo roubados", disse.

Em fevereiro de 2017 um homem de 44 anos foi preso pela Polícia Civil no loteamento Ipê, Zona Norte da capital. Com ele, a corporação encontrou 1,5 quilo de crack. De acordo com a investigação, ele vendia crack em uma lanchonete do Terminal Rodoviário.

Atualmente, 92 comunidades são atendidas pelos ônibus que partem do terminal para os 16 municípios do estado.



PISCICULTURA NO AMAPÁ CADEIA PRODUTIVA: UM NOVO COMEÇO



O Estado do Amapá apresenta grande potencial para o crescimento da piscicultura continental, por apresentar também uma ampla variedade de espécies, disponibilidade de recursos hídricos e clima propício ao longo de todo o ano, sem período de entressafra como ocorre em outras regiões brasileiras (GAMA, 2008).

Joselito Santos Abrantes

produção já seja de 1,145 milhão de toneladas.

A Piscicultura brasileira produziu 691.700 toneladas de peixes de cultivo em 2017. Esse resultado é 8% superior ao de 2016 (640.510 t). Rondônia e Amazonas (região Norte), Mato Grosso e Goiás (região Centro-Oeste) e Maranhão (região Nordeste) são os maiores produtores de peixes nativos do Brasil. A pesquisa da Associação Brasileira da Piscicultura (PEIXE BR) não detalha, em percentual, as espécies nativas mais produzidas, porém a liderança é do Tambaqui, Pirapitinga, Pacu e seus híbridos, principalmente Tambatinga.

A piscicultura continental é bastante promissora na Amazônia Brasileira, pois além da existência de uma grande malha hidrográfica possui temperatura



A criação de peixes em cativeiro no Brasil está em expansão e o país fechou o ano de 2016 com um crescimento de 10%. O faturamento ficou em R\$ 4,5 bilhões. A indústria do peixe emprega, entre tanques, frigoríficos, comércio e indústrias, cerca de um milhão de pessoas.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a aquicultura terá expansão nos próximos anos no Brasil. Ainda de acordo com o relatório da FAO, o consumo de pescados no Brasil chegará a 12,7 quilos em 2025, cerca de 32% a mais do que os 9,6 quilos consumidos por ano entre 2013 e 2015.

Dados do relatório da FAO apontam que em dez anos a produção de pescados em cativeiro no Brasil mais do que dobrará. A expectativa é que em 2025 a

constante durante todo o ano e variedade de espécies nativas com potencial para o cultivo. Além disso, o peixe é um dos recursos naturais mais abundantes e consumidos na região, onde o consumo per capita é de 55 kg/ano (MACEDO-VIEGAS et al., 2000; SUFRAMA, 2003). O número estimado de espécies biológicas gira em torno de 2.500, o que representa aproximadamente 8% dos peixes de todo o mundo, e que corresponde a 30% dos peixes de água doce do mundo e a 75% dos peixes de água doce do Brasil (SUFRAMA, 2003).

Potencial amapaense

O Estado do Amapá apresenta grande potencial para o crescimento da piscicultura continental, por apresentar também uma ampla variedade de espécies, disponibilidade

de recursos hídricos e clima propício ao longo de todo o ano, sem período de entressafra como ocorre em outras regiões brasileiras (GAMA, 2008). No Estado do Amapá, há 269 pisciculturas, a maioria está localizada no Município de Macapá (55,4%) e municípios próximos, como Santana, Mazagão e Porto Grande (21,2%). Nessas propriedades, as pisciculturas correspondem a 94,7%; pesque-pague a 3,5% e 1,7% mantém piscicultura e pesque-pague (EMBRAPA/AP, 2011).

De acordo com a Embrapa a maioria dessas pisciculturas usa o sistema de cultivo semi-intensivo ou o sistema intensivo. Além disso, essas pisciculturas são de pequeno porte e produzem uma média de 2,0 – 3,0 toneladas/ano. No período de 2000 a 2010, a produção da piscicultura no Estado do Amapá saltou de 198 para 1.000 toneladas/ano. Este estudo aponta que essa produção de 2010 representou o incremento de 53,2% em relação a 2009 e foi estimada





no valor de R\$ 10 milhões.

A pesquisa apontou um aumento significativo na produção a partir de 2005, devido ao início da política de financiamento do Governo Waldez, para implantação de pisciculturas, por meio da Pesca, demonstrando que o acesso ao financiamento poderia aumentar o crescimento dessa atividade no Estado do Amapá, para muitos produtores, em especial para o pequeno produtor, que é a maioria.

Falta infraestrutura

O Estudo ainda evidenciou que o Estado do Amapá quase não possui infraestrutura para o processo de beneficiamento, armazenamento e distribuição de pescado. A pouca estrutura existente beneficia somente peixes oriundos da pesca extrativista. Não há uma produção da aquicultura suficiente para beneficiamento e, em geral, o hábito local, assim como na Amazônia, é de consumir peixe fresco e inteiro. Com uma produção suficiente da aquicultura, incentivos de infraestrutura incluiriam a criação de estabelecimentos para beneficiamento do pescado, que além de auxiliar na venda imediata, no caso de peixes frescos, iriam beneficiar também pescados da pesca extrativa. A industrialização permite a popularização do consumo do produto, além da consolidação da atividade com a mudança significativa na forma de apresentação dos produtos (LEE; SARPE-DONTI, 2008).

Os principais entraves apontados pelos piscicultores para a expansão da atividade no Estado do Amapá conforme o estudo e reuniões realizadas no âmbito da Câmara Setorial de Produção de Alimentos foram: altos preços das rações; atraso demorado na liberação da licença ambien-

tal; carência de financiamento (linha de crédito específica para esse segmento); processo burocrático para certificação sanitária (SIE e SIF); falta de alevinos no mercado local; falta do título de propriedade da terra da piscicultura, dentre outros fatores.

Quanto a Licença Ambiental, esse gargalo foi minimizado quando o então



prefeito Roberto Góes, sancionou a LEI 1.876/2011, que, através de uma recomendação federal, deu poderes para o município de Macapá realizar o Licenciamento Ambiental, e isto trouxe um alívio para a classe e um crescimento da atividade. Hoje a Lei já favorece 09

municípios, fruto da parceria e apoio do SEBRAE-AP e do Instituto AQUIAP, presidido por Emanuel Brito, que foi o mentor da Lei. Essa legislação que desburocratiza e fomenta a piscicultura de forma organizada foi apresentada pela AQUIAP no âmbito da Câmara Setorial de Produção de Alimentos do Amapá e por meio da iniciativa do Governador está sendo encaminhada para aprovação da Assembleia Legislativa.

Com a expansão do agronegócio no cerrado amapaense, especialmente, com a produção de soja e milho, a implantação de duas fábricas de ração animal favorecerão em curto espaço de tempo um ambiente de negócios propício para a verticalização da cadeia produtiva da piscicultura no Amapá.

O estudo da Embrapa corroborado pelas instituições que congregam a Câmara Setorial de Produção de Alimentos revelou que a piscicultura no Estado do Amapá, que é quase exclusivamente familiar, apresenta diversos empecilhos no crescimento e consolidação da ativi-

dade, que estão ainda por ser resolvidos. Portanto, para a melhoria da piscicultura como atividade, recomendam-se as seguintes ações estratégicas:

- Realização prévia de estudos sobre o solo, água e topografia para a seleção do local de construção dos viveiros de

cultivo, evitando assim a instalação em áreas de várzeas, as quais são de preservação ambiental permanente (APP), e em outros locais inapropriados.

- Centralização da compra de rações, alevinos e outros insumos na AQUIAP.

- Licenciamento das pisciculturas e cadastramento junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, que além de ser ambientalmente correto, facilita ao produtor o comércio dos peixes, conforme estabelece a nova legislação já debatida na Câmara Setorial.

- Tratamento dos efluentes das pisciculturas, pelo menos com o método de decantação, antes da água ser devolvida para os rios e igarapés.

- Maior cuidado com a água de abastecimento dos viveiros, com telas apropriadas na entrada, para evitar peixes invasores que além de competir por espaço e alimentos com os peixes do cultivo, trazem consigo parasitos novos que podem causar problemas de doenças e até devastação do plantel.

- Visitas técnicas de extensionistas qualificados para monitoramento da qualidade da água e para orientações adequadas para o cálculo correto de rações, do tamanho granulometria para cada fase, reclassificação dos peixes quanto ao tamanho mais apropriado para cada fase do cultivo e prevenções de doenças.

- Realização de mais cursos para capacitação dos piscicultores e os indivíduos envolvidos na atividade de piscicultura.

- Desenvolvimento de projetos de incentivo à pesquisa dos melhores sistemas de produção para essa região do estuário amazônico, bem como de espécies nativas de interesse regional.

- Fiscalização sanitária e tributária, principalmente, no transporte de peixes entre localidade estadual e interestadual.

- Orientação junto a produtores sobre a importância da implementação de medidas profiláticas na piscicultura, reduzindo com isto a perda com mortalidades.

- Construção e melhoria de estradas, uma vez que a dificuldade de transporte afeta diretamente a disponibilidade de alevinos, ração e outros insumos, bem como a distribuição da produção e o acesso de extensionistas.

- Pesquisa e estudo de mercado para conhecimento da capacidade de suporte do crescimento da atividade.



Jogos Universitários Brasileiros (Jubs) de lutas - Atletas amapaenses disputam freestyle e greco-romano

Da Editoria

Os amapaenses Ênio Rafael Rodrigues e João Eduardo embarcaram na madrugada de quinta-feira (12) para Goiânia, onde vão disputar a modalidade de luta olímpica nos Jogos Universitários Brasileiros (Jubs) de lutas. A dupla já iniciou o desafio na sexta-feira (13).

Os atletas amapaenses fazem parte do projeto Luta Amapá da equipe Angelus Team. Eles lutarão em dois estilos: freestyle e greco-romano. A diferença básica do estilo livre para o greco-romano é que, no primeiro, o lutador pode usar as pernas para defender e atacar.

Além de medalhas no Jubs, os amapaenses também buscam uma vaga para o Mundial Universitário de Wrestling, que será entre os dias 05 e 09 de setembro, no Ginásio Rio Vermelho, também na capital goiana.



inho (LDT) inicia neste sábado dia 14 de abril, mais uma edição do Campeonato Municipal de Tartarugalzinho de Futebol, que este ano conta com a parti-

conta com 8 equipes dívidas em 2 grupos. O Grupo A conta com o Colorado, Tiradentes, Itaupal e Revelação, já no Grupo B tem o Troama, Juventus, Grêmio e Clube do Remo.

A segunda fase será a Semifinal, que conta com as duas equipes melhores qualificadas na fase de grupo e logo em seguida ocorre a grande final, que será no dia 16 de Junho. Todos os jogos serão no estádio Mineirão.

Mil atletas participarão da Corrida do Bptran

A corrida terá percurso único de 5 quilômetros, com duração máxima de duas horas, a partir do momento da largada.

A 1ª Corrida de Rua do BPTRAN acontecerá no dia 13 de maio de 2018, domingo, com largada às 6h e concentração a partir das 5h, no Lugar Bonito, orla de Macapá.

A corrida terá percurso único de 5 quilômetros, com duração máxima de

duas horas, a partir do momento da largada.

As inscrições ocorrem desde 27 de fevereiro, indo até 7 de maio, ou quando for atingido o limite de mil vagas. As inscrições devem ser realizadas online, através do site: www.chiptiming.com.br A entrega dos kits da corrida acontecerá nos dias 10 e 11 de maio 2018, das 8h às 20h, em local a ser informado posteriormente pela comissão organizadora.

Corrida do BPRE

Uma das maiores e mais importante corrida de Rua do Amapá, a corrida do BPRE será realizada no dia 29 de abril em frente a um shopping na rodovia Juscelino Kubitschek (JK), na Zona Sul de Macapá.

As inscrições para a prova podem ser feitas na sede, na rodovia Duca Serra, no valor de R\$ 75. Nesta edição, a organização disponibilizou duas mil vagas. O percurso da prova será de 5 e de 10 quilômetros.



cipação de 8 equipes.

O Campeonato Municipal de Tartarugalzinho de Futebol será em três fases, sendo a fase classificatória que

Luta Olímpica

O objetivo da luta olímpica é dominar as costas do oponente contra o solo, ou seja, o chamado "encostamento". Esse tipo de golpe encerra o confronto. A vitória também pode ser obtida por pontos. Quando um atleta abre uma diferença de pontos de oito (na greco-romana) ou dez pontos (na livre) é considerada superioridade técnica, e o combate se encerra. Se houver empate na pontuação por golpes ao fim dos dois rounds de três minutos, o desempate é pelo golpe com maior pontuação. Se ficar 0 a 0, o que é bastante improvável, ganha quem sofrer menos punições

Campeonato Municipal de Tartarugalzinho de Futebol

Começa neste sábado (14) e a grande final está programada para o dia 16 de junho.

A Liga Desportiva de Tartarugalzi-



'Seja Digital' apresenta estratégia para desligamento analógico de TV

Da Editoria

A partir do dia 14 de agosto de 2018, a programação dos canais abertos de televisão será transmitida apenas pelo sinal digital, com imagem e som de cinema. A 'Seja Digital' é a entidade não governamental e sem fins lucrativos, responsável por operacionalizar a migração do sinal analógico para o digital da televisão aberta no Brasil. Diretores e coordenadores apresentaram na quarta-feira (11) num hotel de Macapá o cronograma e as estratégias para a distribuição gratuita dos kits tecnológicos que permitem a pessoas de baixa renda continuar recebendo o sinal da tv aberta nos aparelhos antigos.

Criada por determinação da Anatel, a entidade tem como missão garantir que a população tenha acesso à TV Digital, oferecendo suporte didático, desenvolvendo campanhas de comunicação e mobilização social e distribuindo kits gratuitos com antena digital e conversor com controle para as famílias de menor renda atendidas pelo Governo Federal. Além da capital, o sinal analógico também será desligado em outras 2 cidades: Mazagão e Santana.

A migração do sinal analógico de TV para o sinal digital representa um grande avanço tecnológico e coloca o Brasil no mesmo patamar de países como Estados Unidos e Reino Unido. "Ao ser desligado, o sinal analógico de TV vai liberar a faixa de radiofrequência dos 700 MHz e permitir que as operadoras de telefonia móvel possam ativar a tecnologia 4G, que é mais veloz, tem melhor qualidade, e maior cobertura, inclusive em ambientes fechados", afirma Antonio Carlos Martelletto, presidente da Seja Digital.

Informar, orientar e mobilizar

Para informar e preparar a população, a estratégia da Seja Digital é implementar campanhas e ações que mantenham a entidade muito próxima das comunidades menos digitalizadas em cada uma das cidades. "O processo acontecerá de maneira semelhante ao que fizemos em mais 500 cidades brasileiras", afirma Patrícia Abreu, diretora de comunicação da Seja Digital. "Além da campanha com filmes na TV e na internet, teremos peças de comunicação por toda a região e equipes atuando em locais estratégicos para abordar a população e orientar sobre a instalação da antena, do conversor e como fazer o agendamento para retirar o kit gratuito." A Seja Digital tem como parte de suas atribuições distribuir kits gratuitos com antena e conversor para a população de menor renda atendida pelo Governo Federal.

A lista com os nomes é fornecida pelo Governo Federal para que a Seja Digital informe ao público por meio de cartas e campanhas de comunicação e possa agendar a retirada dos equipamentos. Os kits gratuitos são compostos de antena digital e conversor



com controle remoto. Para saber se tem direito ao kit gratuito, a população das 3 cidades deve acessar o site sejadigital.com.br/kit ou ligar gratuitamente para o número 147 com o NIS (Número de Identificação Social) em mãos. Se o nome estiver na lista, deverá escolher dia, horário e local para agendar a retirada do kit gratuito. Caso não esteja na lista, basta preencher o formulário com os dados de contato para que a pessoa possa receber em primeira mão a orientação necessária sobre como preparar sua residência para receber o sinal digital de TV.

Sobre a Seja Digital

A Seja Digital (EAD - Entidade Administradora da Digitalização de Canais TV e RTV) é uma instituição não governamental e sem fins lucrativos, responsável por operacionalizar a migração do sinal analógico para o sinal digital da televisão no Brasil. Criada por determinação da Anatel, tem como missão garantir que a população tenha acesso à TV Digital, oferecendo suporte didático, desenvolvendo campanhas de comunicação e mobilização social e distribuindo kits para TV digital para as famílias cadastradas em programas sociais do Governo Federal. Também tem como objetivos aferir a adoção do sinal de TV digital, remanejar os canais nas frequências e garantir a convivência sem interferência dos sinais da TV e 4G após o desligamento do sinal analógico. Esse processo teve início em abril de 2015 e, de acordo com cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, mais de 1300 municípios terão o sinal analógico desligado até 2018.

Famílias de baixa renda no AP podem agendar entrega de kit gratuito do sinal digital; veja como

Faltando quatro meses para o desligamento do sinal analógico no Amapá, marcado para o dia 14 de agosto, famílias bene-

ficiárias de programas sociais do Governo Federal já podem solicitar um kit gratuito com conversor de sinal para a TV digital. Para não ficar sem sinal, o telespectador pode agendar o melhor horário para receber o equipamento. Cerca de 71 mil kits serão distribuídos no estado.

Os kits, que contém antena digital, conversor e controle remoto, serão distribuídos gratuitamente pela entidade não governamental e sem fins lucrativos "Seja Digital". O interessado pode consultar no site da entidade ou por ligação gratuita, para o número 147, quando poderá receber o equipamento.

O agendamento, iniciado na terça-feira (10), é feito através do site da entidade. O usuário só precisa clicar em "Programa de distribuição de kits" e depois em "clique e agende". Aí é só digitar o CPF ou o Número de Identificação Social (NIS) e escolher quando quer receber. O procedimento pode ser feito também pelo número 147. A ligação é gratuita.

Diogo Costa, gerente regional da entidade sem fins lucrativos Seja Digital (Foto: Jéssica Alves/G1) Diogo Costa, gerente regional da entidade sem fins lucrativos Seja Digital (Foto: Jéssica Alves/G1)

Diogo Costa, gerente regional da enti-

dade sem fins lucrativos Seja Digital (Foto: Jéssica Alves/G1)

Segundo o gerente regional Diogo Costa, além de Macapá, o sinal analógico será desligado em Santana e Mazagão e o equipamento será enviado para moradores nas três cidades. Cerca de 71% dos kits serão distribuídos para moradores da capital.

"Nosso trabalho será feito até um dia antes do desligamento, ou seja, 13 de agosto. Estamos incentivando para que as famílias procurem o serviço e não deixem pra cima da hora. Nossa mobilização inclui ONGs lideranças comunitárias, igrejas, associações de bairros, são parceiros para que possam sensibilizar os usuários", destacou.

O sinal analógico de TV será desligado em 14 de agosto em Macapá e região metropolitana e após essa data, todos os canais abertos de televisão passarão a transmitir a programação exclusivamente pelo sinal digital.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o desligamento do sinal analógico deve liberar a faixa de 700Mhz para que a oferta de internet 4G possa ser expandida por todo o país. O recurso é uma das tecnologias mais avançadas para telefonia móvel.





- VIDROS TEMPERADOS
- ESPELHOS
- ESQUADRIA DE ALUMÍNIO
- PORTÕES
- BOX PARA BANHEIRO
- DIVISÓRIAS EUCATEX
- PELE DE VIDRO
- PERFIS E ACESSÓRIOS P/ VIDRO



96 99105-0373
 96 99138-1218
 96 3241-3522

EM NOVO ENDEREÇO!

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES



jp_vidrosealuminio@hotmail.com

Rua Hildemar Maia, 6189 - Muca - Macapá-AP



ESTRUTURA CLIMATIZADA

OS MELHORES PROFISSIONAIS

PLANOS COMPLETOS PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA



MUSCULAÇÃO



JIU JITSU



BOXE E AEROBOXE



MUAY THAI



ZUMBA

AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 1459. ENTRE LEOPOLDO MACHADO E HAMILTON SILVA.
 FUNCIONAMENTO: 06H ÀS 00H - SEG. A SEX. / 9H ÀS 20H - SÁB.

3º Caderno



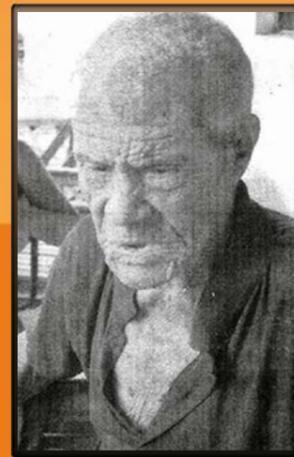
'Música na Estrada'

Três oficinas sobre diferentes instrumentos serão oferecidas também gratuitamente. Projeto cultural vai acontecer de 11 a 15 de abril, em Macapá.



Pioneirismo

O Crioulo Branco vivia de uma aposentadoria do INSS e gostava de ficar em casa ouvindo as notícias do rádio e da televisão; havia deixado de ir a campo de futebol, e na casa de poucos cômodos dividia espaço com pessoas que amava; fazia questão de dizer que, em sua casa, visita não pagava imposto.



Mr. George Thomas - "O Crioulo Branco" - O Pioneiro de Mãos Santas.

Reinaldo Coelho

Esta semana mais uma vez encontramos entre as crônicas do jornalista e pioneiro do rádio amapaense João Silva, reminiscências históricas sobre o Amapá e seus personagens pioneiros. Esta semana falamos sobre Mr. George Thomas, que ninguém conhecia e hoje dificilmente sabia quem era o dono desse nome, mas se falarmos sobre o Crioulo Branco, de imediato, cada um dos antigos de Macapá, tem uma história e um caso a contar sobre ele, principalmente os jogadores de futebol, que tiveram suas pernas e pés, salvos pelo conhecimento naturalista deste homem que teve suas origens nas Antilhas escolheu o Amapá, para se assentar. Mas, como frisa João Silva seu dom da cura se estendia a todos os que procuravam e eram recebidos em sua residência localizada na Raimundo Alvarez da Costa, entre a General Rondon e Tiradentes, na fronteira entre o Bairro Central e o Laguinho.

George Thomas, assim chamava-se o Pioneiro centenário da foto, que viveu no Amapá, desde 1938, conhecido como "Crioulo Branco". Era um cidadão, ma-



gro, baixinho, de sorriso acanhado; homem bondoso que aportou suas esperanças em Macapá, vindo de Santa Lúcia, uma ilha de origem vulcânica, situada nas Pequenas Antilhas, no Caribe, próximo à Martinica, São Vicente e Granadinas e Barbados, América Central.

Mr George vai ser lembrado pelas mãos santas dos nossos campos de futebol. Não só dos nossos campos de futebol, já que toda Macapá - crianças, jovens, idosos - o procurou por muito tempo como 'solução' para espinhela caída, estiramentos, bursite, tendinite, pé torcido, dor nas cadeiras, tornozelos inchados, braços e ombros deslocados no calor de uma partida de futebol ou não. As mãos de Thomas, o massagista, fizeram fama e prodígios, graças aos unguentos cuja fórmula não ensinava a ninguém, era segredo de estado.

Mas justiça se lhe faça: atendia a todos com a mesma fidalguia, inclusive jogadores

dos clubes adversários, já que sua paixão sempre fora o São José, a quem dava um pouco mais daquilo que dava aos outros. Devoção ao Padroeiro começou no tempo do presidente Messias do Espírito Santo, anos depois que chegou à Macapá, e viu a classe do Segura-o-Balde na meta tricolor.

Percorreu o Araguay, o Vila Nova acima da região de Serra do Navio atrás de ouro e diamante; depois ingressou na força de trabalho que construiu as primeiras obras do Território do Amapá, já no Governo Janary Nunes, na década de 40. No futebol, sua entrega ao São José era comovente, de acompanhar os treinos, trabalhar de massagista nos jogos oficiais, várias vezes com a missão de colocar em forma craques lesionados a poucos dias de uma decisão.

O Crioulo Branco completou 100 anos no dia 18 de maio de 2006, em sua residência, na Raimundo Álvares da Costa, trecho do Laguinho arborizado ainda

pela Turma do Buraco, como fez questão de dizer. O cronista esteve lá. A recepção foi calorosa, estava de bom humor - filhos, netos, bisnetos, todos amapaenses, cercando o patriarca sentado na sua cadeira preferida!

Na verdade, o Crioulo Branco vivia de uma aposentadoria do INSS e gostava de ficar em

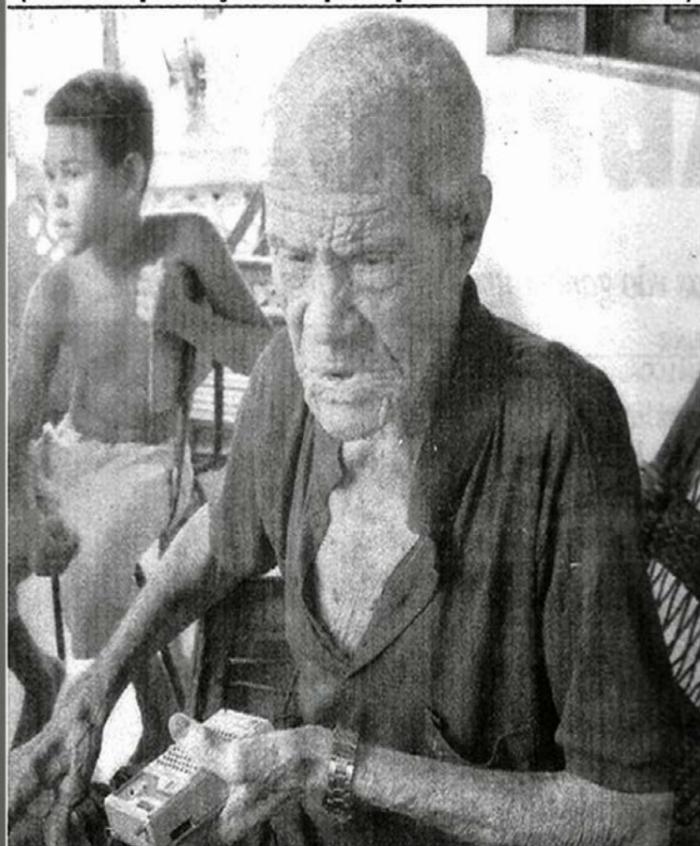
casa ouvindo as notícias do rádio e da televisão; havia deixado de ir a campo de futebol, e na casa de poucos cômodos dividia espaço com pessoas que amava; fazia questão de dizer que, em sua casa, visita não pagava imposto.

Thomas fazia questão de declarar seu amor ao Amapá, lugar a quem devia tudo que possuía; Tudo que não era muita coisa, mas o suficiente para descansar dignamente de um século de travessia em que nem todos têm a sorte do Crioulo Branco.

Ver o próprio centenário e mais um pouco disso, lúcido, gozando saúde, declarando amor ao povo de Macapá, cidade que enlaçou como se fosse a árvore mais bonita da floresta amazônica, onde repousa para sempre, como era seu desejo, desde que se foi, em maio de 2012...

(Texto de João Silva, publicado e adaptado para o blog "Porta-Retrato" e para a Editoria Pioneirismo do TA)

(Foto: Reprodução / arquivo pessoal de João Silva)



Mr. George Thomas - o Crioulo Branco - O Pioneiro de mãos santas
<http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/>



'O Brasil não é para principiantes'

DA EDITORIA

Assistir aos acontecimentos políticos em nosso país tem sido, no mínimo, uma atividade inquietante. Todos os dias o cidadão é surpreendido com manchetes que parecem ter saído da cabeça do mais criativo dos redatores. E isso foi publicamente dito pelo perfil social da série americana "House of Cards" em 17 de maio de 2017: "Tá difícil competir", foi a mensagem postada diante da divulgação da notícia de que Michel Temer tinha sido "grampeado" pelos irmãos Batista, da JBS, cujo áudio poderia comprovar o aval do presidente para a compra do silêncio de Eduardo Cunha.

O teórico alemão Erich Auerbach, ao propor uma releitura da mimese de Aristóteles nos explica que "é verossímil que

o inverossímil aconteça", e esse é o argumento a ser utilizado em eventos surpreendentes, capazes de serem geradores de traumas coletivos ou individuais, como foi o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 em Nova York, quando dois aviões comerciais foram, incredivelmente, transformados em mísseis ao atingir as torres gêmeas do World Trade Center.

Porém, se voltarmos ao texto de Aristóteles, na obra "Retórica", veremos que a lógica proposta pelo filósofo é a de que "uma coisa é mais provável quanto maior o número de casos similares". E é esse o sentimento de nós, brasileiros: é tanta corrupção, tanta falcatura, que parece que estamos invertendo a lógica e tornando perfeitamente verossímil e factível no Brasil que atos criminosos dignos de produções de Hollywood sejam diariamente mostrados em nossos veículos de imprensa.

E, em um total contrassenso, como se já não fosse ruim o bastante viver uma

realidade digna de cinema, temos de ver estampado em todos os portais de notícias uma insinuação da ex mandatária da nação ridiculamente acusando um produtor de séries de TV de propagar fake news! Ora, ora... Devemos então desconsiderar propostas de reflexão advindas da criação artística como "O Mecanismo", que se fundamenta na liberdade de expressão de seus criadores?

Não precisa ser um especialista em Teoria Literária para compreender a relação entre ficção e realidade, pois o aviso de que obras ficcionais não têm compromisso com a realidade é exibido nos créditos de todos os programas dessa natureza produzidos pela TV Globo, a emissora com maior público em nosso país.

Voltando para a realidade verdadeira daqueles que não vivem em uma bolha, me pergunto: quando será que os políticos brasileiros serão capazes de perceber que a população está começando a perce-

ber a existência das cortinas de fumaça? Quando será que os políticos brasileiros serão capazes de perceber que a tecnologia juntou geolocalização e colaboratividade e está permitindo que aplicativos como Fogo Cruzado revelem para o mundo a verdade nua e crua de um Rio de Janeiro sitiado? Com acompanhamento em tempo real, com ocorrências registradas pelos usuários, o aplicativo apresenta estatísticas de envergonhar os mais experientes roteiristas de Hollywood, incapazes de conceber tamanha violência: da meia noite do dia 1º de janeiro de 2018 até a meia noite do dia de hoje, o aplicativo contabilizou 1995 tiroteios, com 400 mortos e 310 feridos.

Tom Jobim, que tão lindamente cantou um Rio de Janeiro que não existe mais, tinha razão: "O Brasil não é para principiantes". Se cuida, "House of Cards".

João Paulo Vani é aluno de doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras da Unesp/São José do Rio Preto.



Cultura



'Música na Estrada'

Reinaldo Coelho

Três oficinas sobre diferentes instrumentos serão oferecidas também gratuitamente. Projeto cultural vai acontecer de 11 a 15 de abril, em Macapá.

Festival 'Música na Estrada', que reúne apresentações culturais e oficinas voltadas para a área musical, iniciou sua 3ª temporada em Macapá, e a 7ª no Brasil. O evento começou no dia 11 de abril com cursos de piano, violão, violino e shows de choro, MPB e música clássica. A participação é inteiramente gratuita, e segue até o dia 15 de abril.

O 'Música na Estrada' é um dos mais expressivos projetos culturais do norte e centro-oeste do país, segundo a organização. Esse será o terceiro ano consecutivo que a programação acontece no Amapá.

Abrindo a programação artística da 7ª edição do Festival Música na Estrada em Macapá, o Trio Choro de Fita, de Belém, se apresentará em um shopping na Rodovia JK, neste sábado, 14 de abril às 20h. Com Jade Guilhon no bandolim, Camila Alves no violão sete cordas e Juliana Silva no pandeiro, o Trio Choro de Fita, criado em 2017, nasceu da união de três musicistas que já caminhavam juntas há dez anos: foram todas integrantes do grupo O Charme do Choro, onde ainda muito jovens solidificaram suas carreiras nesse universo singular.

Oficinas

Oficinas de diversos instrumentos são ofertadas durante o Música na Estrada. O projeto oferece, de forma gratuita, oficinas de piano, violão, violino. Os interessados devem saber ler partitura e ter, no mínimo, um ano de



estudo. Cada aluno deve levar o próprio instrumento e estante. Os encontros vão acontecer de 11 a 13 de abril, no Centro de Educação Profissional de Música Walkiria Lima.



As oficinas estão sendo ministradas pelas professoras de música Adriana Azulay (piano), da Universidade

Federal do Pará (UFPA); Camila Alves (violão), do Conservatório Carlos Gomes e integrante do Trio Choro de Fita; e Jade Guilhon (violino), da Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz e

do Trio Choro de Fita.

Apresentações culturais

O Trio Choro de Fita (PA) vai se apresentar em Macapá, neste sábado, 14 de abril. Formado pelas musicistas Jade Guilhon, Camila Alves, e Juliana Silva, o grupo traz no repertório um misto de gêneros brasileiros, música paraense, e clássicos do choro. A apresentação acontecerá num shopping da Zona Sul da capital.

No local, no dia 15 de abril, a Orquestra

Sinfônica Altino Pimenta (PA) volta para o Estado com novo concerto. O grupo se dedica aos clássicos universais como Mozart, Beethoven e Vivaldi, assim como destaca a produção musical paraense. A Camerata conta com 15 músicas e a regência da maestrina Cibelle J. Donza.

Música na Estrada

O projeto nortista surgiu em 2011 com a proposta de interligar os trabalhos artísticos culturais dos Estados da Amazônia Brasileira com apresentações gratuitas. A 7ª edição do Música na Estrada iniciou em outubro de 2017. Além de Macapá, a temporada acontece nas cidades de Porto Velho, Brasília, Santarém, Manaus, Boa Vista e Belém.

O projeto tem como objetivo conectar o público com artistas de diversas regiões do país por meio das artes. Os números do evento são expressivos: em 2016 foram 17 mil quilômetros percorridos em seis estados da Amazônia brasileira, com 30 apresentações, 400 pessoas entre artistas, produtores, técnicos e prestadores de serviços, 43 professores de música e dança, 500 alunos e mais de 15 mil pessoas prestigiaram as apresentações do festival.

"Para esse ano estamos esperando um aumento de 20% no público a ser contemplado. Afinal é para isso que realizamos o Festival todos os anos, com o intuito de envolver, encantar e sensibilizar cada vez mais pessoas, e só a arte é capaz de promover essa mobilização", afirma Fernando Ramos, fundador da Kommitment, ao lado de Márcia Ximenez.





Roberto Gato

A vida é equilíbrio

É comum encontrar pessoas, mas principalmente jovens preocupados com o futuro. Inquietos por achar a fórmula que o leve ao sucesso na vida. Muitos imaginam que a felicidade está no dinheiro ou em ficar rico. Claro que ter dinheiro é necessário, porém, Ter muito Acho que não seja fundamental. A felicidade não está atrelada à fortuna, mas passa pela satisfação financeira. Porém outros fatores que não meramente materiais estão associados a esse estado de espírito.

A felicidade está diretamente relacionada com o equilíbrio. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra. Isso é o que diz o adágio popular. Não sejamos extremistas, nunca. O extremismo não é saudável. Por tanto ter dinheiro não pode ser um fim, mas um meio para se ter estabilidade na vida.

No entanto, aquele que busca o caminho do sucesso deve ter um objetivo na vida sempre. José Ingenieros, argentino de Buenos Aires escreveu uma das mais conceituadas obras "O Homem Médio-

cre", cujo conteúdo trata da mediocridade daquele que vive sem ideais, entregue ao servilismo, a rotina e a hipocrisia.

Dentro desse princípio é necessário se estabelecer um planejamento estratégico para alcançar esse objetivo. No entanto, as suas relações pessoais são fundamentais para alcançar o lugar que você almeja. Às vezes as relações com pessoas erradas se transformam nos principais óbices do seu caminho.

As pessoas ideais para você se relacionar são aquelas que poderão te conduzir até seus objetivos. Se livre das amizades deletérias, que estimulam você a desviar do seu foco. Aqui cabe bem o ditado popular: "me diz com quem andas e te direi quem é."

Outro detalhe que não pode ser desprezado nesse processo é sua imagem. Sua imagem de corpo e de alma. Trabalhe sua apresentação. Com uma vestimenta adequada ao seu objetivo e lógico com uma alma pura, tranquila, companheira, porém focada. Outro

adágio se encaixa nessa dica. "A primeira impressão é que fica."

Não é fácil você alcançar seu objetivo e isso com certeza podem trazer-lhe muita frustração, abatimento, mas saiba que só uma pessoa é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, Você!

É muito comum as pessoas colocarem a culpa de seu insucesso nos outros, foi o fulano que me atrapalhou, ou o beltrano não reconhece meu talento. A sua inércia e a sua indisposição para agir lhe empurra para uma zona de conforto que faz você não ter

uma autocrítica isenta, e lhe induz a achar que seus maiores problemas são os outros.

Ler, estudar, ser educado, compreensivo, fraterno, solidário, perdoar, pedir desculpa, dizer eu te amo, por favor, muito obrigado, com licença, grato, bom dia, boa tarde, boa noite e mais uma série de palavrinhas que possuem um efeito mágico e abrem portas com uma facilidade impressionante.

Ah! Não se esqueça de agradecer a Deus pela sua vida e pela sua família e amigos sempre.



João Carlos Fazano Sciarini - advogado especializado em direito previdenciário

Direito Previdenciário

A ILEGALIDADE DA COBRANÇA E O DANO MORAL EM RAZÃO DO EMPRÉSTIMO RMC (RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL)

Em todo território nacional, diversas instituições bancárias quando concedem empréstimo consignado ao aposentado e pensionista do INSS acabam por "empurrar" um outro serviço não autorizado pelo contratante, via limite de cartão de crédito, passando a descontar o valor mínimo da fatura no benefício do segurado (mesmo sem que a pessoa utilize o cartão).

Por esta razão, em vista da necessidade de contratar empréstimos consignados, tendo em vista a crise financeira atualmente sofrida pelos brasileiros, os aposentados contratam com a instituição financeira, empréstimos com descontos automáticos em seu benefício. Tal modalidade, popularmente difundida e conhecida como Empréstimo Consignado encontra amparo na Lei nº 10.820/2003, que autoriza o desconto em benefícios e folhas de pagamento, desde que observado o

limite de 35% do valor de seu benefício, devendo 5% ser reservado, exclusivamente, para obtenção de cartão de crédito.

Por possuírem taxas de juros mais baixas que as praticadas no mercado, a referida modalidade de empréstimo se popularizou rapidamente. E não poderia ser diferente, uma vez que a instituição financeira conveniada não está sujeita a qualquer tipo de risco de "calote", pois as parcelas do referido empréstimo são descontadas diretamente do benefício ou salário do contratante.

Muitos aposentados que contratam tal empréstimo, são surpreendidos com o recebimento de faturas para pagamento de cartão de crédito vinculado à instituição financeira.

No entanto, estes aposentados e pensionistas NUNCA SOLICITARAM OU CONTRATARAM CAR-

TÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, já que estavam em busca de um empréstimo consignado COMUM. Os bancos que objetivam lucros a qualquer custo, fazem com que o aposentado contrate um Cartão de Crédito Consignado maquiado de Empréstimo Consignado.

Como não bastasse existe a imposição da chamada RESERVA DE MARGEM CONSIGNADA (RMC), com cobranças mensais no benefício previdenciário, de encargos rotativos de Cartão de Crédito que o segurado sequer utilizou.

Os aposentados e pensionistas devem requerer o seu Histórico de Empréstimos Consignados, junto ao INSS, para analisarem se existem descontos sucessivos e indevidos em seu contracheque, denominado "Reserva de Margem para Cartão de Crédito".

Cumprir destacar, mais uma vez,

que o aposentado ou pensionista jamais autorizou tais descontos em seu benefício previdenciário, visto que nem mesmo houve informação pela instituição financeira acerca da constituição da Reserva de Margem Consignável, inclusive sobre o percentual a ser averbado em seu benefício, que via de regra é 5%, sendo que daí decorre a abusividade da instituição financeira na relação jurídica.

O ato é passível de ação judicial para que sejam cancelados os descontos mensais com a devolução em dobro dos valores pagos e também indenização pelo dano moral causado, com a diminuição mensal do benefício previdenciário, que tem cunho alimentar, causando prejuízo econômico e até mesmo social aos segurados. Os valores indenizatórios ultrapassam em muitos casos a R\$ 10.000,00, buscando com isso não apenas indenizar o segurado, como coibir tal prática pelos bancos.

Artigo

BRINCAR ENQUANTO SE PODE



Muitas linhas – negras, escuras e sombrias – estão sendo escritas sobre os acontecimentos em curso, políticos na essência, jurídicos na imprudência. Somente com a devida distância do tempo é que se entenderá o que acontece, mas aí será tarde demais para os que vivem o momento.

Enquanto a censura não se restabelece de vez no país – o sensor do censor está em modo de espera – e os tanques e generais estão apenas começando a abrir a boca e sair dos quartéis, cabem algumas brincadeiras com o vernáculo para retratar angústias. Se serão trocadas por receitas de bolo ou versos de Os Lusíadas na publicação final, saberemos em breve.

Há a Justiça no Brasil que “demora” e a “do moro”, ambas tendenciosas, imperfeitas, ou seja, injustas (era o morro que erre / erra o moro sem erre). Haver provas num processo não significa que o delito foi provado, ainda mais quando são necessários subterfúgios como teoria do domínio do fato ou inversão da presunção de inocência para a condenação. Sem contar

quando os operadores do direito envolvidos fazem greve de fome, apreciam a boa imagem na mídia, são candidatos para conhecer o sistema que tanto criticam, não acham indecoroso privilegiar um partido em detrimento de outro, posam com réus e – o mais injusto – condenam o pobre à miséria.

Nem as juras de amor se sustentam em autos de paixão.

Fumus boni iuris, a relação entre direito e se há fogo, há fumaça, é

porque magistrados têm a intenção de incendiar a nação ou não possuem noção nenhuma dos processos físico-químicos que resultam em fumaça sem a necessidade de haver incineração associada. Um deles é a formação de névoas a partir de gotículas de água e outro é a neutralização do ácido clorídrico com amônia, que resulta nos fumos de cloreto de amônio. Mas isso é muito lógico para os doutos senhores das leis compreenderem. A única

coisa numérica que entendem perfeitamente é o resultado dos obesos proventos salariais auferidos.

Há, sim o que temer, pois, se com todas as denúncias pessoais ao que foi colocado como mandatário da nação, ele se mantém em seus mandos e desmandos, permanecendo lá impávido, isso porque a orquestração foi um sucesso. Em São Paulo, estado e capital, o povo está livre dos titulares, tanto porque já era prevista a intenção da candidatura de um, bem como a da traição de outro. Os vices mandam agora e o povo anestesiado solta fogos de artifícios, uma vez que artificial é a pacificação social mostrada na televisão.

O tempo é de outono, com folhas até agora verdejantes amarelando e caindo. Antes de ser lúdica poesia, é prenúncio de um longo inverno que se aproxima.

Adilson Roberto Gonçalves, pesquisador no IPBEN – Unesp de Rio Claro, membro da Academia Campineira de Letras e Artes e da Academia de Letras de Lorena



Reinaldo Coelho

ARTIGO DO REI

AS LEIS SÃO REALMENTE IGUAIS PARA TODOS?

Assistimos boquiabertos, nós todos, contribuintes e sonegadores, honestos trabalhadores ou espertinhos que ludibriam horários de trabalho ou se fingem doentes, a um bate-boca midiático constante entre juízes que se insultam, com direito a interpretações disparatadas de leis que deveriam ser claras e com valor igual para todos, ex-presidentes ou não, e não conseguimos encontrar uma luz que nos indique ao menos por que chegamos a este estado de coisas no nosso país.

Ora, não é preciso ser jurista para entender que a interpretação definitiva das leis cabe à última instância do Judiciário, aos que ocupam o mais alto posto na hierarquia extremamente bem remunerada (se comparada à esmagadora maioria dos funcionários públicos) dos membros do Supremo Tribunal Federal. No entanto, mais uma vez estarrecidos, presenciamos uma “guerra de abaixo-assinados”, vindos de todos os lados e irmanando advogados tanto de líderes populistas da direita como da esquerda, visando a de algum modo influenciar os ilustres magistrados no que diz respeito à concessão ou não

de um habeas corpus (já abreviado pela mídia como hb) ao ex-presidente Lula.

Em primeiro lugar, considero abominável a execração pública e midiática de qualquer político (ou de qualquer ser humano tachado de “figura pública”), de esquerda ou de direita, religioso ou ateu, antes que seja provada definitivamente a sua culpa e antes que se esgotem todos os meios à sua disposição para que prove a sua inocência. No entanto, os limites para a concessão de recursos devem (ou deveriam) ser previstos pela lei e não podem ser “elásticos”, isto é, não podem poupar ou adiar a condenação, mormente em segunda instância, de quem quer que seja, não importando o seu histórico, nem os supostos desmandos ou conquistas do passado. Em segundo lugar, embora a humilhação pública deva ser evitada, mesmo depois da condenação definitiva, não se pode legislar e decidir com dois pesos e duas medidas apenas para evitar que se condene alguém que desfrute de grande simpatia entre os chamados formadores de opinião.

De péssimo gosto e, mais uma vez, corroando o longo processo de decadência

da moral pública e da educação e preparo dos dirigentes, líderes e homens da lei no Brasil é o embate por vezes violento e recheado de insultos entre magistrados, deputados e senadores a que somos obrigados a assistir pelas telinhas da televisão ou do computador. De um juiz, assim como de um professor, exige-se o bom exemplo que educa e orienta, e não o comportamento destemperado e desequilibrado de integrantes dos mais altos e prestigiosos cargos públicos brasileiros. Mais desagradável ainda é a verdadeira “torcida” que tem se formado em torno dos contendentes, como se estivéssemos assistindo a uma deprimente luta de UFC ou de vale-tudo!

Os ânimos estão acirrados porque a fronteira tênue que há entre exercer o próprio direito de expressão e a ofensa gratuita e irresponsável tem sido facilmente ultrapassada. Não se pode culpar unicamente o indefeso cidadão que muitas vezes usa as redes sociais para desabafar, ainda que nem sempre de maneira ponderada e responsável. Os culpados pela atual situação não podem ser encontrados em um único setor ou classe social

do país, pois o vazio de poder e a ausência de verdadeiras lideranças, despojadas totalmente de demagogias e de tendências ao populismo banal, impregnaram de tal modo o cotidiano dos brasileiros que dificilmente poderíamos apontar uma solução em curto prazo.

A quem possui ainda um mínimo de discernimento e de capacidade de reflexão, só resta bater na mesma tecla e exigir, mais uma vez, que se façam investimentos urgentes na educação pública de qualidade e que eventuais acertos na condução da política educacional e da saúde pública não sejam eliminados a cada quatro ou cinco anos, ao sabor de tendências ideológicas ou por puro revanchismo. De bom alvitre também seria rever os critérios de escolha e os de ascensão na carreira de juízes, sobretudo quando ocupam o mais alto escalão, para evitar que se escolham péssimos “professores”, que não sabem dar exemplos e não querem ensinar ou orientar.

Sérgio Mauro é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.



Saúde em foco

Jarbas de Ataíde
Médico



MÉTODO TERAPÊUTICO EM FITOTERAPIA: CRITÉRIOS NA PRESCRIÇÃO

A prática terapêutica em Fitoterapia, como nas demais práticas tradicionais dos sistemas médicos não convencionais, exige critérios. Como afirma SAAD, G.A et al(2009), ela é exercida dentro de diferentes paradigmas e observa-se grande tendência à hibridação de conhecimentos, devido a troca de informações entre as várias culturas.

Em nossa prática são apresentadas as seguintes indicações terapêuticas, baseadas na proposta da tradicionalidade:

- Plantas Medicinais Tradicionais
- Fitoterápicos Tradicionais;
- Outros Métodos Terapêuticos Complementares.

Dessa forma, a adoção da Fitoterapia, como método terapêutico, torna-se mais efetiva quando associada a outras técnicas naturais, como a dietética, acupuntura, homeopatia, massoterapia, ginástica (GOMES, 1983). As doenças, distúrbios e desequilíbrios orgânicos se manifestam através de situações antagônicas, que exigem uma medida ou ação terapêutica contrária.

Dessa forma, denomina-se de “método terapêutico em fitoterapia”, pois, em determinados casos, além das plantas deverão ser associados outras medidas terapêuticas não convencionais ou complementares. Na prescrição, no caso das plantas



medicinais /fitoterápicos adotar-se-ão, didaticamente, os seguintes passos:

1. ESTABELEECER A ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO: indicar a terapêutica da patologia básica, dos fatores predisponentes e doenças associadas (comorbidades), incluindo a planta/droga vegetal simples ou associação de plantas;

2. ESCOLHER AS PLANTAS ADEQUADAS: faz-se a seleção de espécies, conforme a necessidade, associando ou não as variedades, visando o tratamento da patologia ou dos sintomas, sem estabelecer a quantidade e escala de valor.

3. DEFINIÇÃO DE PLANTAS PARA A FÓRMULA TERAPÊUTICA: escolha das plantas com efeitos mais indicáveis para o caso, priorizando as espécies que

vão atuar em vários sistemas, ou melhor, que vão proporcionar multiplicidade de ações no organismo. Vários autores indicam não ultrapassar cinco (5) plantas nas fórmulas combinadas.(CARVALHO, J.C.T, 2005).

4. INDIVIDUALIZAÇÃO DA FÓRMULA: conforme a necessidade, verificando a forma de apresentação, modo de uso, dosagem e horário das doses. Nas associações de plantas as doses diárias devem ser sempre menores que as preconizadas na literatura, em função do sinergismo;

5. PLANTA HARMONIZADORA: para melhorar a aceitação, ou seja, facilitar o sabor e diminuir efeitos tóxicos pode ser acrescentado as chamadas plantas harmonizadoras, objetivando retirar o sabor

amargo das plantas principais assim e facilitar o processo digestivo (SAAD, G.A, & col.2009)

Exemplo de Prescrição (fórmula): Indicação para Epigastralgia/pirose/plenitude gástrica. Exame: Endoscopia Digestiva Alta - EDA: indicativo de gastrite leve com H.pilory (negativo)

- Prescrição 1: Indicação em forma de chá em infusão de plantas: Carminativa /analgésica/ antiespasmódica:

C. citratus.(capim-marinho) folhas 20 g M. recutita (camomila) flores 05 g Menta x piperita (hortelanzinho)...folhas/ talos.....10 g P. barbatus (anador) folhas 05 g Dose diária 40g

Modo de preparo: Colocar a dose das plantas em 100 ml de água fervente por cinco minutos, em recipiente tampado. Em seguida coar em crivo de malha fina, esfriar e ingerir conforme prescrição médica.

- Prescrição 2: Indicação em forma de sumo verde de plantas analgésicas, anti-inflamatórias e antiácidas: B. oleracea (couve) + B. calycinum (pirarucu) + M x piperita (hortelanzinho). Modo de preparo: Bater em liquidificador as plantas citadas em 150 ml de água fria, em seguida coar em crivo de malha fina, e ingerir conforme prescrição médica.

Artigo do R. Juarez

Rodolfo Juarez
rodolfojuarez@gmail.com



A “JANELA PARTIDÁRIA” E A PRÉ-CANDIDATURA

Depois das revoadas dos deputados federais que aproveitaram a “janela” criada por eles mesmos para evitar processos de cassação em decorrência de mudanças de partido, já dá para contabilizar quais os partidos que perderam deputados federais e quais aqueles que viram a legenda crescer na Câmara.

O período que permite a mudança, denominado “janela partidária”, começou no dia 8 de março e terminou no dia 6 de abril. A Câmara Federal apresentou o que chamou de “balanço parcial” demonstrando que 59 parlamentares trocaram de partido.

O DEM e o PSL foram os partidos que mais ampliaram suas bancadas, cada um dos partidos ganhou sete deputados. Dessa forma o DEM passou de 33 para 40 deputados, e o PSL de 3 para 10 deputados. O PROS recebeu 6 e a bancada do partido passou para 12 parlamentares.

As mudanças ganharam força com a atuação dos pré-candidatos à Presidência da República, Rodrigo Maria (DEM-RJ), atual presidente da Câmara, e Jair Bolsonaro (RJ), recentemente filiado ao PSL.

Pela legislação eleitoral só é possível mudar de partido, sem risco de perder o mandato, quando houver a incorporação ou fusão de legenda, criação de partido, desvio do programa partidário ou grave discriminação pessoal.

Em 2015, o Congresso incorporou a possibilidade de desfiliação, sem justificativa durante a “janela” em ano eleitoral.

A janela, assim, não atingiu os vereadores, pois, obviamente, não é ano eleitoral para vereador, entretanto, criou a mesma possibilidade para os deputados estaduais uma vez que se trata de ano de eleição.

Essa medida não alcança aqueles eleitos majoritariamente, como é o caso

do governador, do senador e do prefeito. O STF quando pacificou a questão entendeu que por ser uma eleição proporcional, então os mandatos de deputado federal, deputado estadual e de vereador pertencem aos respectivos partidos e não à pessoa do filiado.

Até agora a Assembleia Legislativa não anunciou oficialmente se algum deputado estadual aproveitou a “janela partidária” para mudar de partido e por isso a situação das bancadas ainda não são do conhecimento da população.

Neste momento, a menos de 180 da eleição, o maior cuidado deve ser dos pré-candidatos, inclusive os que estão nos mandatos. O pré-candidato, para todos os efeitos, ainda não é candidato e por isso deve ter muito cuidado na manifestação pública, inclusive nas redes sociais.

O período de propaganda eleitoral terá início em 16/08 e somente a partir desta data é permitido pedir votos, uti-

lizar números de campanha, fazer materiais gráficos (santinhos, adesivos, etc.), organizar carreatas, passeatas, comícios, veicular propaganda eleitoral na internet, fazer anúncios em jornais e revistas, etc.

Mas desde já é possível anunciar pré-candidatura e realizar algumas ações permitidas pela Lei Eleitoral, com muito critério e respeito à legislação.

Desde que não haja pedido de voto, nem menção a número de candidatura, nem uso de artifícios diretos ou subliminares de campanha antecipada, é possível abrir o debate democrático e mostrar posicionamento político-econômico-social.

Considerar, em todos os casos, o teor da legislação eleitoral (artigo 36-A, da Lei n.º 9.504/97 e artigo 3º, da Resolução TSE 23.551/2018), neste universo já se identifica o que é permitido para pré-candidatos e para os partidos, sempre lembrando que pré-candidatura não é candidatura.



Deputados estaduais Jory Oeiras, Jaci Amanajas e Janete Tavares, o secretário da SEJUSP Coronel Carlos Souza e o representante da empresa Hexagon, Douglas Piller na Feira LAAD Security, em São Paulo,



Médico Jarbas Ataide, articulista do TA, no lançamento do livro Plantas Medicinais Fitoterápicas do Doutor José Carlos Tavares.



Diretor da RDM, Jornalista Roberto Gato om o Deputado Federal Marcos Reategui e o radialista Celso Rabello no cafezinho do Salão Verde da Câmara dos Deputados.



Encontro com a imprensa da pré candidata ao Senado Federal pelo Amapá, Fátima Pelaes (MDB)



O governador do Amapá, Waldez Góes, sancionou a lei que cria a Região Metropolitana de Macapá (RMM), a qual integra, além da capital, os municípios de Santana e Mazagão.



O radialista e apresentador Yuri Barbosa recebe carinho da família pela nova idade. Parabéns!

CONTATO: (96) 98115-5547 / 99146-2427 / 99116-6419
REDES SOCIAIS: @RED_BALLOONAP INSTA / FACEBOOK: RED BALLON

Red Balloon
Designer de Eventos

CASAMENTO
EVENTOS CORPORATIVOS
ADULTO

BABY CHÁ
CONFRATERNIZAÇÕES

15 ANOS
ANIVERSÁRIO INFANTIL
TEENS

RUA HAMILTON SILVA, 159 - JESUS DE NAZARÉ
ENTRE ANA NERY E GENERAL OSÓRIO

96 98115-5547
96 99110-6419

@tio_pingo
INSTAGRAM

CONTATO: (96) 99116-9899 / 98133-3373
FACEBOOK.COM/PINGO.PINGO.773

Palhaço PINGO
Animação de Eventos

ANIMAÇÃO DE FESTA EM GERAL
* Baby Chá * Confraternização
* Ação Social * Animação em Escolas
* Brincadeiras * Gincanas
* Competições * Esculturas de Balões * Pintura Facial * Consp Pingo

@tio_pingo
INSTAGRAM

LOCALIZAÇÃO
Av. Amazonas, 841, Própria
www.facebook.com/pingo.pingo.773